

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	87
----------------------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente	88
-----------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	91
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)	92
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	94
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	95
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.716.815.061
Preferenciais	0
Total	2.716.815.061
Em Tesouraria	
Ordinárias	9.661.292
Preferenciais	0
Total	9.661.292

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	87.324.870	93.479.988	81.757.466
1.01	Ativo Circulante	75.344.779	80.714.793	69.295.486
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.665.780	239.980	127.664
1.01.01.01	Disponibilidades	34.083	59.863	0
1.01.01.02	Equivalentes de Caixa	2.631.697	180.117	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.850.998	7.885.074	7.171.122
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	1.850.998	7.885.074	7.171.122
1.01.02.01.03	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	1.850.998	7.885.074	7.171.122
1.01.03	Contas a Receber	70.330.914	72.459.212	61.937.090
1.01.03.01	Clientes	70.247.540	72.070.041	61.817.881
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	70.247.540	72.070.041	61.817.881
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	83.374	389.171	119.209
1.01.03.02.01	Contas a Receber com Partes Relacionadas	5.265	196.893	19.457
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber Operacionais	34.134	106.642	46.176
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	43.975	85.636	53.576
1.01.06	Tributos a Recuperar	497.087	130.527	59.610
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	497.087	130.527	59.610
1.02	Ativo Não Circulante	11.980.091	12.765.195	12.461.980
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.700.461	2.521.613	2.558.595
1.02.01.04	Contas a Receber	20.638	27.001	20.325
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber Operacionais	20.638	27.001	20.325
1.02.01.07	Tributos Diferidos	927.919	907.991	914.047
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	927.919	907.991	914.047
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.751.904	1.586.621	1.624.223
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.576.406	1.586.621	1.624.223
1.02.01.10.04	Instrumentos Financeiros	175.498	0	0
1.02.02	Investimentos	7.753.343	8.850.696	8.959.143
1.02.03	Imobilizado	929.880	830.152	523.853
1.02.04	Intangível	596.407	562.734	420.389

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	87.324.870	93.479.988	81.757.466
2.01	Passivo Circulante	67.687.515	74.533.409	64.662.074
2.01.02	Fornecedores	67.018.573	73.141.581	62.852.953
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	67.018.573	73.141.581	62.852.953
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	61.529.245	62.805.144	52.878.277
2.01.02.01.03	Fornecedores	429.918	429.994	548.925
2.01.02.01.04	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	5.059.410	9.906.443	9.425.751
2.01.03	Obrigações Fiscais	236.452	104.375	339.720
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	40.214	917.685	1.032.941
2.01.05	Outras Obrigações	392.276	369.768	436.460
2.01.05.02	Outros	392.276	369.768	436.460
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	143.723	72.183	140.687
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.079	47.513	75.692
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	246.474	250.072	220.081
2.02	Passivo Não Circulante	10.146.501	9.516.324	7.731.122
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.901.822	6.799.128	5.265.627
2.02.02	Outras Obrigações	1.425.099	910.322	710.263
2.02.04	Provisões	1.819.580	1.806.874	1.755.232
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.819.580	1.806.874	1.755.232
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos Trabalhistas, Tributários e Cíveis	1.819.580	1.806.874	1.755.232
2.03	Patrimônio Líquido	9.490.854	9.430.255	9.364.270
2.03.01	Capital Social Realizado	5.700.000	5.700.000	5.700.000
2.03.02	Reservas de Capital	-17.286	9.460	20.677
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-84.815	-56.198	-50.578
2.03.02.07	Reservas de Capital	67.529	65.658	71.255
2.03.04	Reservas de Lucros	4.031.907	3.708.079	3.583.971
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-223.767	12.716	59.622

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.675.572	5.300.680	6.450.408
3.01.01	Receita Operacional	5.206.445	5.897.986	7.206.746
3.01.02	Impostos sobre serviços	-530.873	-597.306	-756.338
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.820.654	-2.637.562	-2.506.458
3.03	Resultado Bruto	1.854.918	2.663.118	3.943.950
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.298.619	-1.248.424	-702.426
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.298.619	-1.248.424	-702.426
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-511.125	-508.868	-393.661
3.04.02.02	Despesa com Pessoal	-287.011	-289.046	-272.118
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-129.743	-300.968	-283.019
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-359.374	-377.541	-295.927
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	-11.366	227.999	542.299
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	556.299	1.414.694	3.241.524
3.06	Resultado Financeiro	111.126	541.383	912.901
3.06.01	Receitas Financeiras	447.596	1.065.030	1.349.435
3.06.01.01	Receitas Financeiras	52.816	32.449	138.422
3.06.01.02	Resultado com aquisição de recebíveis e FIDC	424.441	1.009.654	1.475.451
3.06.01.03	Variação cambial e MtM, líquido	-29.661	22.927	-264.438
3.06.02	Despesas Financeiras	-336.470	-523.647	-436.534
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-336.470	-523.647	-436.534
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	667.425	1.956.077	4.154.425
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-177.176	-408.685	-1.014.322
3.08.01	Corrente	-203.401	-395.756	-1.039.264
3.08.02	Diferido	26.225	-12.929	24.942
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	490.249	1.547.392	3.140.103
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	490.249	1.547.392	3.140.103
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,18091	0,57042	1,15690

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,18035	0,56958	1,15575

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	490.249	1.547.392	3.140.103
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-236.483	-46.906	-89.397
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-250.349	-30.123	-89.397
4.02.04	Benefícios Pós Emprego	13.866	-16.783	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	253.766	1.500.486	3.050.706

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.443.478	641.231	351.226
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.352.770	1.797.834	2.869.261
6.01.01.01	Lucro antes do IR e da CS	667.425	1.956.077	4.154.425
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	472.729	351.280	402.369
6.01.01.04	Baixas/perdas de imobilizado e intangível	42.995	18.293	18.004
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	1.871	-5.597	24.062
6.01.01.09	Perdas com créditos incobráveis e fraude	255.540	306.772	246.600
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	60.360	86.314	44.372
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos	252.806	421.645	398.322
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	301.535	54.970	468.623
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	11.366	-227.999	-542.299
6.01.01.15	Resultados não realizados com derivativos	-302.417	-119.687	36.227
6.01.01.16	Rendimento de participação no FIDC	-445.140	-1.058.892	-2.382.686
6.01.01.18	Amortização de custos de emissão de dívidas	33.700	14.658	1.242
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.737.424	-818.060	-1.473.833
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	1.606.484	-10.487.131	2.954.856
6.01.02.02	Contas a receber com partes relacionadas	191.628	-177.436	-11.047
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	-366.560	-70.917	156.023
6.01.02.04	Outros Valores a receber (circulante/Não circulante)	-102.282	-226.453	-26.394
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	10.215	37.602	-14.151
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	-1.275.899	9.926.867	-4.499.000
6.01.02.10	Contas a Pagar com partes relacionadas	-4.847.033	480.692	131.699
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulantes)	37.557	-122.784	-37.667
6.01.02.12	Rendas a receber	-53.457	87.510	-80.059
6.01.02.14	Créditos Tributários	-19.928	6.056	-24.942
6.01.02.15	Sociais e estatutárias	-14.285	25.165	-44.372
6.01.02.16	Fiscais e previdenciárias	13.725	-305.487	-9.026
6.01.02.17	Provisões para contingências	-47.654	-34.672	30.247
6.01.02.18	Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	130.065	42.928	0

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01.03	Outros	-58.824	-338.543	-1.044.202
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-58.824	-338.543	-1.044.202
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	7.390.569	4.320	2.361.825
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas, Joint Ventures e Coligadas	-65.500	-73.114	-135.000
6.02.02	Aquisição de cotas de FIDC	-3.505.837	-5.654.551	0
6.02.03	Resgate de cotas de FIDC	9.985.053	5.999.492	2.489.765
6.02.04	Dividendos recebidos de Controladas	350.414	533.387	514.054
6.02.05	Adições ao imobilizado e intangível, Líquido da Provisão	-648.828	-800.894	-488.880
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	-18.114
6.02.07	Resgate de ações de controlada	1.305.064	0	0
6.02.08	Aquisição de Investimentos em controladas	-29.797	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.472.711	-581.815	-6.494.908
6.03.01	Aquisição de Ações em tesouraria	-40.214	-22.829	-20.127
6.03.02	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	11.597	17.209	8.047
6.03.03	Captação de Empréstimos	6.097.196	18.588.738	1.000.000
6.03.04	Pagamento de principal de empréstimos	-7.143.479	-17.182.343	-3.039.583
6.03.05	Juros Pagos	-294.495	-441.540	-441.260
6.03.06	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pagos	-81.276	-1.503.167	-4.001.985
6.03.07	Custos incorridos sobre emissão de dívidas	-22.040	-37.883	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.474.380	63.736	-3.781.857
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	191.400	127.664	3.909.521
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.665.780	191.400	127.664

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.700.000	9.460	3.708.079	0	12.716	9.430.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.700.000	9.460	3.708.079	0	12.716	9.430.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-26.746	-166.421	0	0	-193.167
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-40.214	0	0	0	-40.214
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.951	0	0	-14.951
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	13.468	0	0	0	13.468
5.04.17	Juros sobre o capital próprio propostos	0	0	-151.470	0	0	-151.470
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	490.249	0	-236.483	253.766
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	490.249	0	0	490.249
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-236.483	-236.483
5.05.02.06	Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	-250.349	-250.349
5.05.02.08	Benefícios pós emprego	0	0	0	0	13.866	13.866
5.07	Saldos Finais	5.700.000	-17.286	4.031.907	0	-223.767	9.490.854

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.700.000	20.677	3.579.631	0	59.622	9.359.930
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.700.000	20.677	3.579.631	0	59.622	9.359.930
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.217	-1.418.944	0	0	-1.430.161
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-22.829	0	0	0	-22.829
5.04.06	Dividendos	0	0	-933.668	0	0	-933.668
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	11.612	0	0	0	11.612
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-404.000	0	0	-404.000
5.04.17	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-81.276	0	0	-81.276
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.547.392	0	-46.906	1.500.486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.547.392	0	0	1.547.392
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-46.906	-46.906
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-30.123	-30.123
5.05.02.08	Benefícios pós emprego	0	0	0	0	-16.783	-16.783
5.07	Saldos Finais	5.700.000	9.460	3.708.079	0	12.716	9.430.255

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.700.000	8.695	5.293.153	0	149.019	10.150.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.700.000	8.695	5.293.153	0	149.019	10.150.867
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	11.982	-4.849.285	0	0	-3.837.303
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20.127	0	0	0	-20.127
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	24.062	0	0	0	24.062
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	0	8.047	0	0	0	8.047
5.04.11	Dividendos Adicionais aos Mínimos Obrigatórios Pagos	0	0	-2.292.512	0	0	-2.292.512
5.04.12	Dividendos Propostos Pagos	0	0	-216.773	0	0	-216.773
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-465.000	0	0	-465.000
5.04.15	Dividendos adicionais propostos	0	0	-709.500	0	0	-709.500
5.04.17	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-165.500	0	0	-165.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	3.140.103	0	-89.397	3.050.706
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	3.140.103	0	0	3.140.103
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-89.397	-89.397
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-89.397	-89.397
5.07	Saldos Finais	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	4.950.905	5.591.214	6.960.146
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.206.445	5.897.986	7.206.746
7.01.02	Outras Receitas	-255.540	-306.772	-246.600
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	-255.540	-306.772	-246.600
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.866.089	-2.985.625	-2.646.423
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.141.683	-2.139.223	-1.964.266
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-620.572	-775.633	-632.830
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-68.949	-16.041	-13.562
7.02.04	Outros	-34.885	-54.728	-35.765
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.084.816	2.605.589	4.313.723
7.04	Retenções	-472.729	-351.279	-402.369
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-472.729	-351.279	-402.369
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.612.087	2.254.310	3.911.354
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	436.230	1.293.029	1.970.454
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-11.366	227.999	542.299
7.06.02	Receitas Financeiras	447.596	1.065.030	1.428.155
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.048.317	3.547.339	5.881.808
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.048.317	3.547.339	5.881.808
7.08.01	Pessoal	439.757	405.218	390.924
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	768.272	1.061.250	1.915.471
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	350.039	533.479	435.310
7.08.03.03	Outras	350.039	533.479	435.310
7.08.03.03.01	Despesas com Juros e Aluguéis Incorridos	350.039	533.479	435.310
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	490.249	1.547.392	3.140.103

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Cielo S.A. (“Companhia”, “Controladora” ou “Cielo”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Consolidado” ou “Grupo Cielo”), referentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Financeiras Individuais (Controladora) e Consolidadas foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplaram os saldos das contas da Cielo (Controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Cielo USA, Cateno, Aliança e Braspag (incorporada pela controlada indireta Stelo em 30.09.2020), e das controladas indiretas Stelo, MerchantE e M4Produtos (aqui denominada, em conjunto com a Multidisplay, como “M4U”). O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo (esta última sem atividades operacionais) foi reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis foram ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas no exterior, originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões estão classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, a controlada Stelo passou a ser consolidada pelo Grupo Cielo sem a defasagem de um mês, ou seja, passou a consolidar no próprio mês de competência. Essa mudança na prática contábil, em conformidade com Pronunciamento CPC nº23 – Mudanças de políticas contábeis, visou resultar em informação mais fidedigna e relevante nas demonstrações contábeis sobre os efeitos das transações, condições ou outros eventos acerca da posição patrimonial e financeira, bem como do desempenho da entidade. Os saldos comparativos apresentados nas demonstrações financeiras estão ajustados para fins de comparabilidade com a nova política adotada, como segue:

(Em R\$ mil)	Lucro Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
	Controladora	Consolidado	Consolidado
	2019	2019	31/12/2019
Saldos publicados	1.580.151	1.785.882	13.139.680
Ajuste líquido na consolidação da Stelo (*)	(32.759)	(32.759)	(37.100)
Saldos representados para fins de comparação	1.547.392	1.753.123	13.102.580

(*) Os valores reportados e os representados estão detalhados na Nota Explicativa 2.20.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 trouxe grandes desafios para a economia e toda a sociedade brasileira. A economia sentiu os impactos das medidas tomadas para enfrentamento à pandemia trazida pela COVID-19. As medidas de isolamento e distanciamento social afetaram de forma particularmente intensa o varejo, com reflexos importantes na indústria de meios de pagamentos, devido à sua dependência em relação ao nível de consumo das famílias.

Todo este contexto operacional trouxe impactos relevantes à Cielo. A Companhia iniciou o exercício de 2020 com boas perspectivas: havia revertido no ano anterior a tendência de queda de sua base ativa de clientes e também havia registrado crescimento em volume capturado. No entanto, os impactos da pandemia se mostraram intensos, especialmente em março e ao longo do segundo trimestre. O ICVA - “Índice Cielo do Varejo Ampliado”, indicador que acompanha o desempenho de todo o varejo brasileiro, e não apenas das

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

transações capturadas pela Cielo - mostrou queda no consumo, que chegou a 52% na 4ª semana de março, e fechamento de até 50% dos estabelecimentos comerciais.

Embora nossos volumes capturados tenham apresentado desempenho melhor do que o observado no ICVA, chegaram a apresentar queda de 35% em abril, quando comparados ao mesmo mês do ano anterior. Além disso, a redução do consumo afetou não apenas os negócios da Cielo, mas trouxe impactos importantes à Catenio, que ao longo do ano apresentou queda em volume, especialmente nos negócios mais rentáveis. Esse contexto pesou fortemente sobre o resultado da Companhia, principalmente no primeiro semestre.

A administração atuou de forma decisiva, tanto para minimizar os efeitos da crise para seus clientes e economia brasileira, como para gerenciar impactos sobre seu próprio negócio.

Em linha com seu compromisso com clientes, e com toda a sociedade, a Cielo teve papel importante, disponibilizando infraestrutura que auxiliou no pagamento de benefícios emergenciais por parte do governo federal. A indústria de pagamentos tem tido importância ainda mais destacada durante a pandemia, por estar se modernizando e permitindo uma aceleração da digitalização de pagamentos. A Cielo, particularmente, mostrou seu protagonismo em relação ao movimento de inovação que tem marcado a trajetória da indústria: mostramos nossa capacidade de desenvolvimento conseguindo em tempo recorde de 8 dias criar uma solução de aceitação do auxílio emergencial. Esta iniciativa permitiu que os 50 milhões de usuários dispusessem do benefício diretamente pelo app da Caixa, sem a necessidade de saque em dinheiro. A Companhia adotou outras medidas importantes: concedeu descontos em alugueis de terminais a parte de sua base de clientes, e promoveu treinamentos e soluções para que nossos clientes pudessem avançar em transações sem cartão presente, como foi o caso do Superlink, que apresentou crescimento de 1.524% em relação ao ano anterior.

Quanto aos impactos da pandemia sobre a própria Cielo, a administração tomou medidas ou acelerou iniciativas internas com o objetivo de assegurar a continuidade dos negócios, proteger o patrimônio da Companhia e otimizar sua capacidade de geração de resultados.

A Cielo adotou medidas para conter custos, gerenciar risco de crédito (restringindo operações a certos segmentos), preservar caixa e reforçar a liquidez, com objetivo de aumentar a resiliência a choques, e também permitir a expansão da oferta de produtos de prazo aos nossos clientes. Encerramos o ano com uma liquidez total de R\$4.203,9 milhões, ante R\$3.260,9 milhões ao final de 2019. O índice de alavancagem, que estava em 1,46x ao final de 2019, encerrou 2020 em 1,86x.

Do ponto de vista mercadológico, ao longo de 2020, a Cielo avançou no desenvolvimento de sua força de vendas própria e, de forma muito intensa, na melhoria da qualidade dos serviços prestados, com objetivo de melhorar a experiência de nossos clientes, bem como nossa capacidade de atrair e reter clientes.

Os canais próprios responderam por 52% dos novos clientes no último trimestre do ano, forte crescimento como resultado da expansão da nossa força de vendas. Os canais terceiros – Bancos e Parceiros – permanecem parte importante da estratégia da Cielo, e temos buscado evoluir no modelo de parcerias, na otimização dos negócios no canal bancário e na integração dos diferentes canais.

Os esforços para melhorar a qualidade dos serviços prestados apresentaram resultados importantes em 2020. Houve melhorias relevantes em indicadores de satisfação, reclamações e no NPS – Net Promoter Score. A Cielo também foi reconhecida pelo mercado, ficando em segundo lugar em ranking de qualidade divulgado pelo site Reclame Aqui em 2020. Toda a Companhia tem sido direcionada para colocar o cliente no centro do negócio. A evolução nos indicadores de qualidade reflete o esforço para melhorar a experiência dos clientes e avançar no processo de transformação digital.

Ao longo do ano, a economia brasileira mostrou capacidade de recuperação. As dificuldades trazidas pela pandemia seguem sendo percebidas, mas já é possível observar sinais importantes de retomada. O ICVA vem registrando melhora em relação ao ponto mais agudo da crise desde o terceiro trimestre. É importante, nos últimos meses observamos alguns setores nos quais a Cielo tem capturado volume de transações superior ao previsto em seu orçamento, elaborado e aprovado previamente à crise trazida pela COVID-19.

A recuperação econômica e as medidas que vêm sendo adotadas pela Companhia possibilitaram forte recuperação dos volumes capturados, de forma sequencial ao longo segundo semestre: expansão de 29,4% no

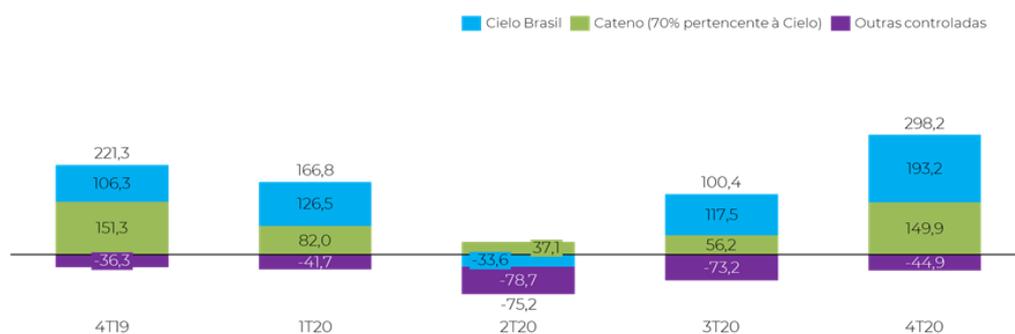
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

terceiro trimestre e 15,1% no último trimestre do exercício. O volume capturado atingiu R\$356,2 bilhões no segundo semestre de 2020.

Ao longo do ano, a Cielo avançou com sua estratégia de priorizar segmentos mais rentáveis, com maior foco no varejo. O volume capturado junto a esse segmento atingiu 37,3% do total no último trimestre do exercício, ante 33,1% em igual período do ano anterior. Da mesma forma, a Cielo reforçou seus recursos para viabilizar a oferta de produtos de prazo para os segmentos de varejo. Do total capturado no segmento, a penetração de produtos de prazo atingiu percentual recorde no 4T20, de 32,7%, com evoluções sequenciais ao longo do ano.

As receitas líquidas acompanharam a recuperação dos negócios, atingindo R\$5.905,1 milhões no segundo semestre e R\$11.186,0 milhões no exercício de 2020.

Lucro Líquido por Unidade de Negócio



As demonstrações do resultado da Cielo Brasil consolidam as operações das empresas Cielo, Servinet, Aliança e Stelo (que incorporou a Braspag em 30.09.20) e computam o resultado de equivalência patrimonial das empresas Orizon e Paggo.

As demonstrações de outras controladas consolidam as operações das empresas M4U, MerchantE, Cielo USA e Braspag até 30.09.20.

Todos esses resultados foram alcançados graças à dedicação dos 4.106 colaboradores da Companhia. Com foco em proteger seus colaboradores e suas famílias, a Cielo adotou amplamente o trabalho remoto desde o início da pandemia, permanecendo assim durante todo o ano. Há acompanhamento constante dos casos suspeitos de contágio de coronavírus, com suporte de equipe médica.

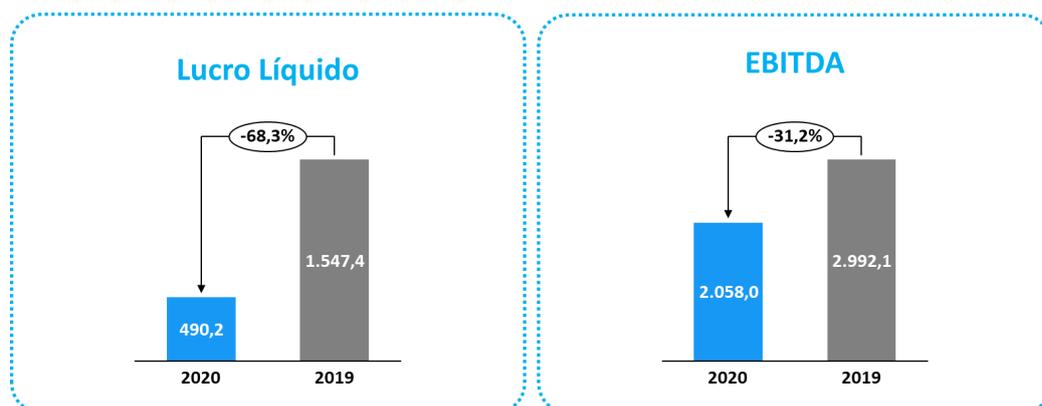
Teremos muitas mudanças na nossa indústria de credenciamento e vemos de maneira favorável as iniciativas capitaneadas pelo Banco Central do Brasil que favorecem o consumidor final, onde destacamos a iniciativa do PIX, o Registro de Recebíveis e o Open Banking. A Cielo vem se preparando para assumir protagonismo nessas mudanças. O ano de 2020, tão desafiador, mostrou a capacidade de adaptação da nossa Companhia. A Cielo seguirá focada em melhorar a experiência dos clientes e se aprofundar no processo de transformação digital, atuando com protagonismo na digitalização dos meios de pagamento na economia brasileira.

DESTAQUES 2020

- Volume financeiro da Cielo de transações totalizou R\$ 644,0 bilhões, redução de 5,7% em relação à 2019, ou R\$ 39,2 bilhões;
- Receita líquida consolidada totalizou R\$ 11.186,0 milhões, redução de 1,5% em relação à 2019, ou R\$ 167,8 milhões;
- Aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 502,7 milhões, representando uma redução de 55,2% em relação à 2019. O produto ARV atingiu 9,2% sobre o volume financeiro de crédito capturado pela Cielo no ano, redução de 7,1 ponto percentual em relação a 2019;
- Os gastos totais consolidados (custos e despesas), desconsiderando os efeitos de equivalência patrimonial, totalizaram R\$ 10.354,6 milhões, aumento de 9,5% em relação à 2019, ou R\$ 898,2 milhões;

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Lucro líquido Cielo totalizou R\$ 490,2 milhões, redução de 68,3% em relação à 2019, ou R\$ 1.057,1 milhões; e
- EBITDA consolidado de R\$ 2.058,0 milhões, redução de 31,2% em relação à 2019, ou R\$ 934,1 milhões.



DESEMPENHO OPERACIONAL 2020

Volume Financeiro de Transações

Evolução Anual

Em 2020, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 644,0 bilhões, representando um redução de 5,7% em relação à 2019, ou R\$39,2 bilhões, em comparação aos R\$ 683,1 bilhões de 2019.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$360,2 bilhões em 2020, apresentando uma redução de 12,5% em relação à 2019.

Com a modalidade débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$ 283,8 bilhões em 2020, aumento de 4,5% em relação à 2019.

Adicionalmente, a Cielo capturou 6,2 bilhões de transações em 2020, uma redução de 13,5% em relação à 2019.

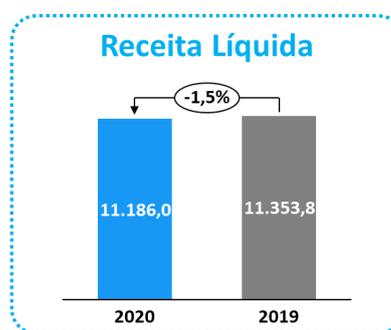
Relatório da Administração/comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO 2020

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO AOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Receita Líquida

Evolução Anual



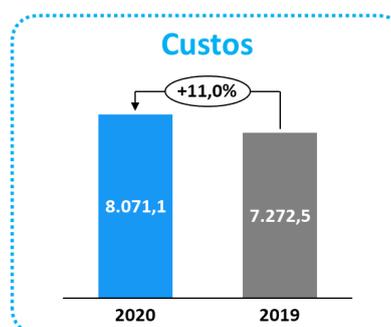
A receita líquida consolidada totalizou R\$ 11.186,0 milhões em 2020, representando uma redução de R\$ 167,8 milhões ou 1,5%, quando comparada com R\$ 11.353,8 milhões de 2019.

A redução se deve ao decréscimo do volume capturado e à redução do preço médio decorrente do ambiente competitivo (ambos que impactam a receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações na Cielo e Stelo), dos maiores descontos concedidos aos clientes no aluguel de terminais de captura, e à queda nas receitas de gestão de cartões da bandeira Ourocard da controlada Cateno (principalmente em razão da mudança do perfil de produtos – ganho da participação do débito - e dos segmentos de clientes - clientes com menor taxa média de preços), sendo referidos efeitos reflexos também do impacto na atividade econômica gerado pela pandemia da COVID-19.

Essa redução foi parcialmente compensada pelo impacto positivo resultante da mudança no objeto do contrato de incentivo com os bancos (contratação de serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes prestados pelos bancos, que passaram a ser registrados como custos dos serviços prestados a partir do 1T20), pela valorização do dólar sobre as receitas da operação americana (MerchantE), pela expansão das vendas de recarga de celular pelas controladas M4U e pelo aumento nas receitas na modalidade de Pagamento em dois dias na Controladora.

Custos dos Serviços Prestados

Evolução Anual



Os custos dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 8.071,1 milhões em 2020, representando um aumento de R\$ 798,6 milhões, ou 11,0% em comparação à 2019. O acréscimo decorre substancialmente dos seguintes eventos:

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- (i) Aumento de R\$ 423,2 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada americana MerchantE**, devido exclusivamente à desvalorização do real frente ao dólar médio na comparação entre os exercícios;
- (ii) Aumento líquido de R\$ 216,7 milhões nos **custos com serviços prestados na controlada M4U**, diretamente relacionado ao crescimento dos negócios na revenda de recarga de celular, sobretudo, na modalidade virtual;
- (iii) Os **custos vinculados aos equipamentos e outros da Cielo e da Stelo** tiveram aumento de R\$ 105,1 milhões, principalmente pelo aumento nos custos de depreciação e amortização devido à aquisição de terminais de captura e à amortização de safras de 2019 de subsídio na venda de equipamentos a clientes, parcialmente compensado pela redução nos gastos com peças de reposição e manutenção de terminais de captura.
- (iv) Aumento de R\$ 28,8 milhões em **outros custos**, incluindo custos de pessoal, correspondente ao aumento no quadro de colaboradores, ao reajuste salarial firmado em acordo coletivo em 2020 e aos efeitos de méritos e promoções;
- (v) Aumento líquido de R\$ 14,3 milhões em **custos relacionados à transação** na Cielo e Stelo, decorrente dos gastos incorridos com serviços de prospecção e manutenção de clientes prestados pelos bancos a partir de 1º de janeiro de 2020 (novo contrato), compensados parcialmente pela redução nos gastos com *fees* de bandeiras e serviços de processamento (devido a menor volumetria de transações, menores gastos com projetos e ações de eficiência para redução dos gastos);
- (vi) Aumento líquido de R\$ 10,8 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, correspondente aos gastos de embossamento e postagens de cartões, compensado parcialmente por menores gastos com atendimento presencial a clientes nas agências e emissão de faturas (devido à migração para canais digitais, com menor custo).

Despesas Operacionais

Evolução Anual



As despesas operacionais totalizaram R\$ 2.285,4 milhões em 2020, apresentando um aumento de R\$110,6 milhões ou 5,1% em relação à 2019. O aumento decorre substancialmente dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$ 55,7 milhões ou 7,8%, para R\$ 772,5 milhões em 2020, comparados com os R\$ 716,8 milhões em 2019. O aumento ocorreu na controlada MerchantE, principalmente pelo efeito da apreciação do dólar, e nos gastos com plano de ações restritas (remuneração baseada em ações) na Cielo (efeito de menores gastos no ano anterior).

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, aumentaram R\$ 63,8 milhões ou 14,3%, para R\$ 509,7 milhões em 2020, comparadas com os R\$ 445,9 milhões de 2019. O acréscimo está substancialmente relacionado aos gastos pontuais de reestruturação da controlada MerchantE, somado ao efeito da apreciação do dólar sobre as despesas da controlada americana, compensado por redução nas despesas da Cielo e demais controladas decorrente de ações de eficiência em gastos.

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$ 171,6 milhões ou 31,5%, para R\$ 373,4 milhões em 2020, comparadas com os R\$ 545,0 milhões de 2019. A redução decorre de menores

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

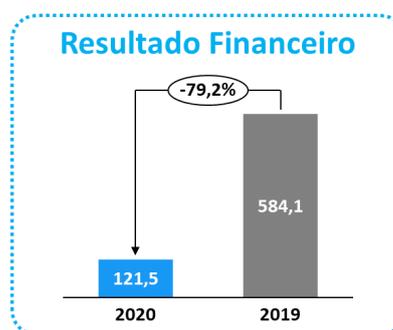
gastos com campanhas de marketing e da otimização da força comercial para credenciamento de novos clientes na Cielo, por meio da substituição da força comercial terceirizada por força comercial própria.

Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$ 151,6 milhões ou 31,8%, para R\$ 627,9 milhões em 2020, comparadas com os R\$ 476,3 milhões de 2019. O acréscimo está relacionado ao incremento de perdas operacionais na controlada Cateno (R\$ 208,5 milhões em 2020 e R\$ 65,4 milhões em 2019), reflexo das contestações em um cenário de crescente expansão do volume capturado por meio de canais digitais, potencializado pela pandemia da COVID-19 (ações preventivas, detectivas e corretivas foram implementadas pela Cateno em conjunto com seus clientes, notadamente o Banco do Brasil, para reverter a tendência), bem como à perda operacional na Cielo, no montante de R\$ 24,9 milhões, cujas medidas corretivas já foram implementadas para impedir novos eventos dessa natureza; ao incremento de provisão para créditos incobráveis decorrentes dos efeitos da pandemia de COVID-19 (complemento de provisão de R\$ 6,8 milhões), e às perdas com terminais de captura na Cielo no montante de R\$ 42,8 milhões (todos esses eventos da Cielo considerados como não recorrentes), compensado parcialmente pela venda de carteira de clientes inadimplentes (créditos incobráveis já apropriados para perda em períodos anteriores) na Controladora por R\$ 18,0 milhões (evento não recorrente) e pelo ressarcimento de gastos do Arranjo Ourocard de R\$ 29,9 milhões, na controlada Cateno, conforme acordo contratual entre Cateno e o Banco do Brasil S.A. (evento não recorrente).

Equivalência Patrimonial – Redução do resultado de equivalência patrimonial em R\$ 11,1 milhões ou 120,4%, para R\$ 1,9 milhão negativo em 2020, quando comparado aos R\$ 9,2 milhões positivos em 2019. O decréscimo está relacionado aos efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o resultado da controlada em conjunto Orizon (participação detida pela Cielo foi alienada em janeiro de 2021).

Resultado Financeiro

Evolução Anual



O resultado financeiro totalizou R\$ 121,5 milhões em 2020, representando uma redução de R\$ 462,6 milhões ou 79,2% em relação à 2019, que obteve um resultado de R\$ 584,1 milhões. O decréscimo ocorreu principalmente devido aos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$ 21,1 milhões ou 11,6%, para R\$ 160,6 milhões em 2020, comparadas com os R\$ 181,7 milhões de 2019. O decréscimo das receitas financeiras está substancialmente relacionado à redução do saldo médio aplicado na controlada Cateno e à queda na taxa CDI, compensado parcialmente pelo aumento do saldo médio aplicado na Controladora.

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$ 231,6 milhões ou 31,1%, para R\$ 511,9 milhões em 2020, comparadas com os R\$ 743,5 milhões de 2019. A redução está sobretudo relacionada à queda da taxa CDI e à liquidação parcial das dívidas em moeda estrangeira ao longo de 2020.

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A aquisição de recebíveis, líquida dos tributos, totalizou R\$ 502,7 milhões em 2020, apresentando uma redução de R\$ 620,3 milhões ou 55,2%, quando comparada com os R\$ 1.123,0 milhões de 2019. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução do volume de crédito adquirido e à queda da taxa de desconto. A partir do 2T20, no cenário de pandemia da COVID-19, a Companhia passou a adotar medidas restritivas na alocação de recursos em segmentos de riscos elevados e passou a privilegiar o atendimento de clientes de médio e de pequeno porte.

Variação cambial, líquida – A variação cambial líquida totalizou R\$ 29,9 milhões de perda em 2020, apresentando uma variação de R\$ 52,8 milhões, quando comparada com os R\$ 22,9 milhões de ganho de 2019.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

A variação está relacionada à marcação a mercado de derivativos contratados com o propósito de proteger passivos indexados à moeda estrangeira e ao efeito cambial incidente sobre a posição de caixa em moeda estrangeira oriunda de transações de cartão de crédito realizadas por estrangeiros no Brasil.

EBITDA

EBITDA

Evolução Anual

O EBITDA totalizou R\$ 2.058,0 milhões em 2020, representando uma redução de 31,2% em relação à 2019, ou R\$ 934,1 milhões, conforme demonstrado a seguir.

EBITDA (R\$ milhões)	2020	2019
Lucro Líquido Cielo	490,2	1.547,4
Outros acionistas que não a Cielo	141,3	205,7
Resultado Financeiro Líquido	(121,5)	(584,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	319,5	737,6
Depreciação e Amortização	1.228,5	1.085,5
EBITDA	2.058,0	2.992,1

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Para o cálculo, ao lucro líquido da Controladora foi acrescida a participação dos acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade. No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade, não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

IMPACTOS DA PANDEMIA GLOBAL DE COVID-19

De acordo com o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), que acompanha mensalmente a evolução do varejo brasileiro, as vendas no Comércio Varejista registraram queda nominal de 10,4% em 2020 em relação à 2019, resultado este impactado pelos efeitos da COVID-19. Durante o 4T20, o ICVA apontou queda de 10% em vendas no varejo durante a *Black Friday* de 2020, quando comparada com o mesmo período do ano anterior. Essa queda no varejo presencial durante a *Black Friday* foi parcialmente compensada pelas vendas no e-commerce que cresceram 31,8%, sendo que, se excluirmos os setores mais impactados como turismo e transportes, o aumento seria de 60,4%.

Os impactos do isolamento social e da crise econômica causados pela pandemia da COVID-19 foram sentidos com a redução do volume na Cielo e Cateno, e consequente efeito na receita de comissão e de intercâmbio, respectivamente, além da apreciação do dólar, impactando as receitas e despesas das controladas no exterior Cielo Inc. e MerchantE.

Considerando que o desempenho operacional e financeiro da Cielo tem uma forte dependência do consumo nacional e consequentemente do volume de transações no mercado de cartões, a Companhia manteve, desde o início da pandemia, critério mais rigoroso para provisão de perdas dos saldos em atraso de clientes avaliados

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

como segmento de alto risco de inadimplência. Esse procedimento será mantido até a conclusão dos impactos da pandemia, sendo reavaliado mensalmente, de acordo com a evolução da carteira de cobrança.

Durante o ano, a Companhia realizou diferentes iniciativas visando readequar a sua estrutura de custos e de capital para o atual momento econômico. Adicionalmente, tão logo do início do surto da COVID-19 no Brasil, a estratégia de gestão de caixa passou a privilegiar o aumento da liquidez da Companhia. Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Companhia acredita que mantém sua capacidade de gerenciar o caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos de curto prazo.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Cielo adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), evidenciando o comprometimento da Cielo e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria-Executiva, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente; (f) da existência de Calendário Anual de Eventos e Agenda Anual do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual define os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Companhia, além de reforçar a necessidade de cumprir a legislação vigente, amplamente disseminado na Companhia e publicamente divulgado no site de Relações com Investidores da Cielo.

Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu a Política para Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesses da Companhia (“Política”), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Cielo, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa, sendo revista em julho de 2019 para aderir às recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Abertas elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, o qual é coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Com relação à aprovação das transações com partes relacionadas, compete ao Comitê de Governança Corporativa avaliar a transação (o negócio e sua justificativa), bem como a documentação que demonstre que a respectiva transação será realizada em condições equânimes de mercado (tais como, mas não se limitando a, propostas comerciais e pesquisas de mercado). Não obstante o envio desta documentação, nas hipóteses em que o referido Comitê julgar necessário, deverá ser apresentado um laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na transação com parte relacionada, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros. Após análise, o Comitê de Governança Corporativa recomendará ou não o tema para deliberação do Conselho de Administração da Cielo, que terá acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa quando convocado para avaliar transações entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores, em caráter excepcional, será composto por todos os

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

conselheiros independentes devendo referidos conselheiros independentes serem convocados a apreciar a matéria na condição de membros ad hoc do Comitê, em substituição ao(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) conflitado(s), além dos membros do Comitê que não estiverem conflitados.

Ademais, os membros do Conselho de Administração em posição de conflito (i) a priori, não participarão das reuniões ou (ii) se estiverem presentes em razão de outros assuntos pautados, deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre a matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, conforme o caso, tais membros poderão participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria. Também não participarão das reuniões do Conselho de Administração ou Comitê de Governança Corporativa o(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) que não esteja(m) em posição de conflito quando a matéria que será objeto de deliberação se referir a questão estratégica do acionista conflitado.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Cielo e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria-Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Companhia é composta por até 10 (dez) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 6 (seis) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria-Executiva possui 11 (onze) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Investimento Social e Cultural, Fórum de Preços, Fórum de Negócios, Fórum de Diversidade, Fórum de Inovação e Fórum de Produtos e Serviços, Fórum Gestor de Segurança da Informação e Fórum de Privacidade e Proteção de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) membro independente.

A Companhia está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Cielo, em 2017, também revisou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Companhia, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, o plano possibilitou um entendimento mais claro de como a sustentabilidade pode efetivamente agregar valor e impulsionar os negócios da Cielo, que detém enorme potencial de movimentar a economia brasileira. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê iniciativas de potencial diferenciação no mercado – engajamento de colaboradores para uma cultura de sustentabilidade e estímulo ao empreendedorismo, e reforço às boas práticas já adotadas pela Cielo – gestão ambiental, investimento social privado e gestão de fornecedores críticos do ponto de vista da sustentabilidade.

O plano tem ações previstas para o intervalo de 2017 a 2021 e, algumas práticas já começaram a ser implementadas, como, por exemplo, o Programa de Diversidade, que foi estruturado no 2º semestre de 2019. Tal programa conta com um Fórum de Diversidade, coordenado pelo Presidente da companhia e que assessora a Diretoria-Executiva e quatro grupos de afinidades (Etnia, LGBTQIA+, Gênero e PCDs) que visam promover a acessibilidade e equidade em todas as relações. Outro resultado já alcançado decorrente do Planejamento Estratégico foi a certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) NBR ISO14.001 para sede da Cielo.

No quarto trimestre de 2020, iniciou-se a revisão do Plano Estratégico de Sustentabilidade, com vigência até 2021, que visa estabelecer novos direcionadores estratégicos da Companhia para sua atuação nos pilares de sustentabilidade no período 2021-2025. A revisão está sendo pautada pela avaliação de desempenho em sustentabilidade, obtida com os programas e práticas vigentes, em diálogos estratégicos com *stakeholders* e na avaliação dos aspectos materiais geradores de valor compartilhado.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

As boas práticas, já implementadas pela Companhia, se dão no dia a dia, por meio de iniciativas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuam com a melhoria da educação básica e/ ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitem a geração de renda e contribuam para o desenvolvimento dos empreendedores brasileiros.

Em linha com sua estratégia climática, a Cielo responde à iniciativa de transparência do *Carbon Disclosure Initiative* (CDP), e integra o Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e, desde o primeiro semestre de 2020, compõe também o índice de resiliência climática, ICDPR-70, composto de empresas com scores C, ou superior, do CDP, dentre as 100 ações mais líquidas da B3. A geração de valor para a Companhia e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Cielo. Por meio do Código de Conduta Ética, a Cielo busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Companhia publicou, em maio de 2020, o Relatório de Sustentabilidade 2019, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão GRI Standards, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Cielo, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Cielo, integra, pelo oitavo ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Cielo, as boas práticas de governança corporativa, gestão de fornecedores – levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida dos colaboradores.

Desde 2011, a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante 2020, a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2020, que consiste na asseguarção limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança do Relatório de Sustentabilidade de 2019, asseguarção razoável sobre a conformidade com as cláusulas (obrigações) do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (“TCC”) estabelecidas entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a Cielo e a revisão do Formulário de Referência de 2019. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante da contratação foi de R\$ 498,5 mil e representa cerca de 19,0% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2020 da Controladora Cielo e de suas controladas Cateno, Stelo, Orizon, e Fundos de Investimentos (FIDC’s).

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP

Em conformidade com a Carta Circular nº 3.447/10 e a Resolução nº 2 do Banco Central do Brasil (“BACEN”), a Companhia optou por elaborar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN. Desta forma, preenchemos apenas os quadros referentes aos dados padronizados das informações individuais. Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado e as respectivas Demonstrações do Resultado Individual e Consolidado, bem como suas Notas Explicativas, os Fluxos de Caixa Individual e Consolidado e o Valor Adicionado Individual e Consolidado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN:

Notas Explicativas

Cielo S.A.
Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 (Em milhares de reais)

Álgebra	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Circulante					
Disponibilidades	4	34.083	59.863	127.969	237.604
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	2.631.697	180.117	3.617.998	3.023.368
Fundos de investimentos em direitos creditórios	6	1.850.998	7.885.074	-	-
Rendita a receber	7	338.095	284.638	935.733	875.676
Contas a receber de emissores	7	70.034.602	71.864.873	70.211.977	72.192.036
Contas a receber com partes relacionadas	27	5.265	19.693	29.907	-
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	7	497.087	130.527	810.768	488.487
Outras contas a receber operacionais	7	186.678	273.120	262.894	414.993
Provisão para créditos incobráveis	7	(277.701)	(245.948)	(304.582)	(267.705)
Outros valores a receber		43.975	85.636	67.480	100.770
Total do ativo circulante		75.344.779	80.714.793	75.760.144	77.065.229
Realizável a longo prazo					
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	175.498	-	457.892	-
Depósitos judiciais	14	1.576.406	1.586.621	1.578.987	1.594.140
Créditos tributários	8	927.919	907.991	1.159.755	1.132.687
Outras contas a receber operacionais	7	20.638	26.914	22.410	28.925
Outros valores a receber		-	87	-	87
Permanente					
Investimentos	9	7.753.343	8.850.696	121.890	126.229
Imobilizado de uso	10	929.880	830.152	986.756	881.384
Intangível	11	596.407	562.734	10.442.755	10,955,638
Total do ativo realizável a longo prazo e permanente		11,980,091	12,765,195	14,770,445	14,719,090
Total do ativo		87,324,870	93,479,988	90,530,589	91,784,319
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Obrigações por empréstimos	12	402.14	917.685	40.960	918.337
Instrumentos financeiros derivativos	6	2.079	47.513	67,054,79	47,513
Outras obrigações	15 e 22	67,645,222	73,568,211	67,054,79	67,368,476
Sociais e estatutárias	8	223.344	152,385	277,043	203,223
Fiscais e previdenciárias	8	236,452	104,375	581,140	553,689
Obrigações com cotas de terceiros FIDC				3,041,462	2,000,352
Contas a pagar a estabelecimentos	13	61,529,245	62,805,144	61,765,044	63,340,980
Outras	27	5,059,410	9,906,443	-	-
Outras		596,871	599,864	1,389,790	1,270,232
Total do passivo circulante		67,687,515	74,533,409	67,097,518	68,334,326
Exigível a longo prazo					
Obrigações por empréstimos	12	6,901,822	6,799,128	8,903,652	8,327,298
Outras obrigações	14	3,244,679	2,717,196	1,923,707	2,020,115
Provisões para contingências		1,819,580	1,806,874	1,838,719	1,830,747
Impostos e contribuições diferidos		-	-	34,864	70,757
Provisão para obrigações com investidas		1,390,012	861,815	104	51
Outras		35,087	48,507	50,020	118,560
Total do passivo exigível a longo prazo		10,146,501	9,516,324	10,827,559	10,347,413
Patrimônio líquido					
Capital social	15	5,700,000	5,700,000	5,700,000	5,700,000
Reservas de capital	15	67,529	65,658	67,529	65,658
Reservas de lucros	15	4,031,907	3,708,079	4,031,907	3,708,079
Outros resultados abrangentes	15	(223,767)	12,716	(223,767)	12,716
(-) Ações em tesouraria	15	(84,815)	(56,198)	(84,815)	(56,198)
Atribuído a:					
Acionistas controladores		9,490,854	9,430,255	9,490,854	9,430,255
Outros acionistas que não a Cielo		-	-	3,114,858	3,672,325
Total do patrimônio líquido		9,490,854	9,430,255	12,605,712	13,102,580
Total do passivo e patrimônio líquido		87,324,870	93,479,988	90,530,589	91,784,319

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

Nota	Controladora			Consolidado		
	2º Semestre/20	Exercício/20	Exercício/19 (Reapresentado)	Exercício/20	Exercício/19 (Reapresentado)	
RECEITA LÍQUIDA	17	2.486.868	4.675.572	5.300.680	11.186.013	11.353.842
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(1.451.810)	(2.820.654)	(2.637.562)	(8.071.148)	(7.272.480)
LUCRO BRUTO		1.035.058	1.854.918	2.663.118	3.114.865	4.081.362
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Pessoal	18	(136.249)	(287.011)	(289.046)	(772.533)	(716.827)
Gerais e administrativas	18	(278.174)	(511.125)	(508.868)	(509.658)	(445.902)
Vendas e marketing	18	(61.592)	(129.743)	(300.968)	(373.416)	(544.988)
Equivalência patrimonial	9	73.367	(11.366)	227.999	(1.882)	9.206
Outras despesas operacionais, líquidas	19	(153.892)	(359.374)	(377.541)	(627.889)	(476.270)
LUCRO OPERACIONAL		478.518	556.299	1.414.694	829.487	1.906.581
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	25	39.437	52.816	32.449	160.639	181.670
Despesas financeiras	25	(117.147)	(336.470)	(523.647)	(511.907)	(743.476)
Aquisição de recebíveis e FIDC	25	123.651	424.441	1.009.654	502.672	1.123.015
Variação cambial e MtM, líquido	25	(24.028)	(29.661)	22.927	(29.918)	22.895
		21.913	111.126	541.383	121.486	584.104
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		500.431	667.425	1.956.077	950.973	2.490.685
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	8	(173.887)	(203.401)	(395.756)	(397.686)	(779.151)
Diferidos	8	72.108	26.225	(12.929)	78.226	41.589
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		398.652	490.249	1.547.392	631.513	1.753.123
ATRIBUÍDO A						
Acionistas controladores				490.249	1.547.392	
Outros acionistas que não a Cielo				141.264	205.731	
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	16	0,14692	0,18091	0,57042	0,18091	0,57042
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	16	0,14678	0,18035	0,56958	0,18035	0,56958

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	2º Semestre/20	Exercício/20 (Reapresentado)	Exercício/20	Exercício/19 (Reapresentado)
Lucro líquido do período	398.652	490.249	631.513	1.753.123
Resultados abrangentes				
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	73.637	(250.349)	(250.349)	(30.123)
Benefício pós emprego	13.866	13.866	13.866	(16.783)
Movimentações do período	87.503	(236.483)	(236.483)	(46.906)
Resultado abrangente total do período	486.155	253.766	395.030	1.706.217
Atribuído a:				
Acionistas controladores			253.766	1.500.486
Outros acionistas que não a Cielo			141.264	205.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros										Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores	Participação de outros acionistas que não a Cielo	
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Reapresentado)	5.700.800	71.255	(80.578)	1.049.745	1.830.386	709.500	-	59.622	9.359.930	3.666.004	13.025.934
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(22.829)	-	-	-	-	-	(22.829)	-	(22.829)
Ações restritas outorgadas	-	11.612	-	-	-	-	-	-	11.612	-	11.612
Venda/transf. de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(17.209)	17.209	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.547.292	-	1.547.292	-	1.547.292	203.731	1.751.023
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	-	-	-	79.008	-	-	(79.008)	-	(81.276)	-	(81,276)
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(81,276)	-	(404,000)	-	(404,000)
Juros sobre o capital próprio pago	-	-	-	-	-	(709,500)	-	-	(933,668)	-	(933,668)
Dividendos pagos	-	-	-	-	758,940	-	-	-	-	-	-
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	-	-	(758,940)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:											
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(30,123)	(30,123)	-	(30,123)
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(16,783)	(16,783)	-	(16,783)
Efício dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(99,410)	-	(99,410)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	5.700.800	65.658	(56,198)	1.128.753	2.579.326	-	-	12,716	9.430.255	3.672.325	13.102.580
Saldo em 30 de junho de 2020	5.700.000	65.025	(76,894)	1.133.333	2.579.326	-	56,395	(311,270)	9,145,915	3,652,792	12,798,707
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(12,654)	-	-	-	-	-	(12,654)	-	(12,654)
Ações restritas outorgadas	-	7,147	-	-	-	-	-	-	7,147	-	7,147
Venda/transf. de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(4,643)	4,643	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	398,652	-	398,652	89,158	487,810
Destinação sobre o lucro líquido do semestre:											
Reserva legal	-	-	-	6,667	-	-	(6,667)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(120,758)	-	(120,758)	-	(120,758)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(14,951)	-	(14,951)	-	(14,951)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	312,581	-	(312,581)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:											
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	73,637	73,637	-	73,637
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	13,866	13,866	-	13,866
Efício dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	(627,092)	(627,092)	-	(627,092)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.700.000	67,529	(84,815)	1.140,000	2.891,907	-	-	(233,267)	9,490,854	3,114,858	12,605,712
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)	5.700.000	65,658	(56,198)	1.128,753	2.579,326	-	-	12,716	9,430,255	3,672,325	13,102,580
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(40,214)	-	-	-	-	-	(40,214)	-	(40,214)
Ações restritas outorgadas	-	13,468	-	-	-	-	-	-	13,468	-	13,468
Venda/transf. de ações em tesouraria pelo exercício de ações	-	(11,597)	11,597	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	490,249	-	490,249	141,264	631,513
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:											
Reserva legal	-	-	-	11,247	-	-	(11,247)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(151,470)	-	(151,470)	-	(151,470)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(14,951)	-	(14,951)	-	(14,951)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	312,581	-	(312,581)	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:											
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(250,349)	(250,349)	-	(250,349)
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	13,866	13,866	-	13,866
Efício dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(698,731)	-	(698,731)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.700.000	67,529	(84,815)	1.140,000	2.891,907	-	-	(233,267)	9,490,854	3,114,858	12,605,712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre/20	Exercício/20	Exercício/19	Exercício/20	Exercício/19
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	500.431	667.425	1.956.077	950.973	2.490.685
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	241.438	472.729	351.280	1.228.503
Baixas/perdas de imobilizado e intangível	10 e 11	27.199	42.995	18.293	83.910
Equivalência patrimonial	9	(73.367)	11.366	(227.999)	1.882
Variação cambial sobre imobilizado e intangível	10 e 11	-	-	-	(138.741)
Opções de ações outorgadas		2.504	1.871	(5.597)	1.871
Perdas com créditos incobráveis, chargeback e fraude	19	71.609	255.540	306.772	511.854
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	53.698	60.360	86.314	58.103
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	12	(16.089)	301.535	54.970	788.882
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		25.915	(302.417)	(119.687)	(302.417)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	91.731	252.806	421.645	254.397
Amortização de custos de emissão de dívidas	12	13.375	33.700	14.658	33.700
Efeito de variação cambial sobre conversão de ativos e passivos no exterior		-	-	-	(250.349)
Rendimento de participação no FIDC		(129.681)	(445.140)	(1.058.892)	-
(Aumento)/redução nos ativos operacionais:					
Rendas a receber		(62.370)	(53.457)	87.510	(89.964)
Contas a receber de emissores		(17.105.585)	1.606.484	(10.487.131)	1.505.082
Contas a receber com partes relacionadas		142.784	191.628	(177.436)	-
Créditos tributários		(65.812)	(19.928)	6.056	(26.985)
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		(241.922)	(366.560)	(70.917)	(322.281)
Depósitos judiciais		(2.991)	10.215	37.602	15.153
Outros valores e bens		31.846	41.748	(32.060)	33.377
Outros ativos		(62.671)	(102.282)	(226.453)	158.614
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos		175.891	130.065	42.928	(391.055)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais:					
Sociais e estatutárias		16.552	(14.285)	25.165	(14.333)
Fiscais e previdenciárias		37.376	13.725	(305.487)	30.884
Contas a pagar a estabelecimentos		14.960.932	(1.275.899)	9.926.867	(1.575.936)
Contas a pagar com partes relacionadas		73.523	(4.847.033)	480.692	-
Provisões para contingências	14	(18.371)	(47.654)	(34.672)	(50.131)
Outros passivos		(4.816)	(4.191)	(90.724)	1.108.172
Caixa proveniente/(utilizado) das operações		(1.316.871)	(3.384.654)	979.774	3.603.165
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.117)	(58.824)	(338.543)	(358.786)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.318.988)	(3.443.478)	641.231	3.244.379
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisições de cotas FIDC's		(2.234.516)	(3.505.837)	(5.654.551)	-
Resgate de cotas FIDC's		6.174.836	9.985.053	5.999.492	-
Resgate de ações de controlada	9	1.305.064	1.305.064	-	-
Aporte de capital em controladas	9	(10.500)	(65.500)	(73.114)	-
Aquisição de investimento em controladas	9	(29.797)	(29.797)	-	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	9	182.441	350.414	533.387	2.124
Aquisições de imobilizado de uso	10	(262.417)	(389.946)	(525.389)	(419.445)
Aquisições de intangível	11	(128.261)	(258.882)	(275.505)	(348.590)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		4.996.850	7.390.569	4.320	(765.911)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos	12	1.630.200	6.097.196	18.588.738	6.097.196
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	12	(3.315.205)	(7.143.479)	(17.182.343)	(7.143.479)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	12	(7.567)	(22.040)	(37.883)	(22.040)
Juros pagos	12	(108.084)	(294.495)	(441.540)	(309.679)
Aquisição de ações em tesouraria	15.c)	(12.654)	(40.214)	(22.829)	(40.214)
Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercício de ações		4.643	11.597	17.209	11.597
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-	(81.276)	(1.503.167)	(217.687)
Resgate de ações pagos a terceiros		-	-	-	(559.313)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(1.808.667)	(1.472.711)	(581.815)	(2.183.619)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		1.869.195	2.474.380	63.736	294.849
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo final	4 e 5 a)	2.665.780	2.665.780	191.400	3.507.241
Efeito de variação cambial sobre disponibilidades no exterior		-	-	-	(65.694)
Saldo inicial	4 e 5 a)	796.585	191.400	127.664	2.903.046
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		1.869.195	2.474.380	63.736	294.849

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado	
		2º Semestre	Exercício/20	Exercício/19 (Reapresentado)	Exercício/20	Exercício/19 (Reapresentado)
RECEITAS						
Vendas de serviços	17	2.767.511	5.206.445	5.897.986	12.273.441	12.504.436
Perda com créditos incobráveis, chargeback e fraude	19	(71.609)	(255.540)	(306.772)	(511.854)	(389.382)
		2.695.902	4.950.905	5.591.214	11.761.587	12.115.054
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Gastos com serviços prestados		(1.107.699)	(2.141.683)	(2.139.223)	(6.171.208)	(6.183.467)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(329.604)	(620.572)	(775.633)	(1.266.080)	(763.448)
Outros gastos, líquidos	19	(28.665)	(34.885)	(54.728)	(29.056)	(70.847)
Perda na realização de ativos	19	(53.618)	(68.949)	(16.041)	(86.979)	(16.041)
		(1.519.586)	(2.866.089)	(2.985.625)	(7.553.323)	(7.033.803)
VALOR ADICIONADO BRUTO						
		1.176.316	2.084.816	2.605.589	4.208.264	5.081.251
Retenções						
Depreciações e amortizações	10 e 11	(241.438)	(472.729)	(351.279)	(1.228.503)	(1.085.469)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO						
		934.878	1.612.087	2.254.310	2.979.761	3.995.782
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Equivalência patrimonial	9	73.367	(11.366)	227.999	(1.882)	9.206
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida e aquisição de recebíveis, líquidas	25	139.060	447.596	1.065.030	633.393	1.327.580
		212.427	436.230	1.293.029	631.511	1.336.786
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR						
		1.147.305	2.048.317	3.547.339	3.611.272	5.332.568
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Pessoal e encargos		(170.428)	(360.235)	(326.054)	(834.670)	(757.937)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	22	(39.273)	(79.522)	(79.164)	(124.825)	(118.105)
Impostos, taxas e contribuições		(415.077)	(768.272)	(1.061.250)	(1.496.482)	(1.967.885)
Despesas de juros e alugueis incorridos		(123.875)	(350.039)	(533.479)	(486.008)	(188.936)
Dividendos e JCP pagos		-	-	(628.168)	-	(628.168)
Dividendos e JCP propostos		(135.709)	(166.421)	(81.276)	(166.421)	(81.276)
Retenção de lucros		(262.943)	(323.828)	(837.948)	(323.828)	(837.948)
Outros acionistas que não a Cielo		-	-	-	(179.038)	(752.313)
		(1.147.305)	(2.048.317)	(3.547.339)	(3.611.272)	(5.332.568)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A
Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Companhia” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais, assim como, a emissão e gestão de contas de pagamentos.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Companhia e controladas em conjunto, que junto à Cielo também são designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, destacam-se os seguintes eventos:

- A partir de março de 2020, foram sentidos os impactos iniciais da pandemia da COVID-19, com redução de volume capturado na Cielo e na Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. (“Cateno”), e consequente efeito na receita de comissão e de intercâmbio, respectivamente. Como estratégia da gestão de caixa, passou-se a privilegiar o reforço de liquidez da Companhia. Adicionalmente, a partir do 2º trimestre de 2020, a Companhia passou a acompanhar mensalmente a evolução dos desdobramentos da pandemia e a rever suas estimativas contábeis frente aos possíveis impactos decorrentes do isolamento social. Durante o ano, a Companhia realizou diferentes iniciativas visando readequar a sua estrutura de custos e de capital para o atual momento econômico.
- Em julho de 2020, foi feito o resgate das cotas seniores e mezanino do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”), em razão de seus vencimentos, e foi realizada a segunda emissão de cotas no mercado nacional no montante de R\$4.250.000. São R\$3.000.000 em títulos seniores da segunda série, com remuneração equivalente a CDI + 1,25% ao ano e R\$1.250.000 em cotas mezanino da segunda série, com remuneração equivalente a CDI + 1,30% ao ano. As cotas seniores possuem prazo de 12 meses, sendo seu vencimento programado para julho de 2021. Em novembro de 2020, foi realizado o resgate antecipado da totalidade das cotas mezanino B do FIDC Plus no montante de R\$ 1.250.000.
- Em 27 de agosto de 2020, houve a liquidação do contrato de empréstimo em moeda estrangeira (“operação 4.131”) no valor de US\$ 121.000 mil (R\$ 504.328). O instrumento

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

derivativo Swap, que visava proteger o empréstimo em relação à oscilação da moeda estrangeira, também foi liquidado na mesma data.

Eventos societários

Aquisição de participação remanescente na Multidisplay

A Companhia, em maio de 2020, acordou, junto aos sócios-fundadores da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A (“Multidisplay”), o montante de R\$ 29.797 para o Exercício de Opção de Venda da participação remanescente detida pelos mesmos, após cálculo com base nas Demonstrações Financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2019, conforme opção prevista no acordo firmado em 04 de julho de 2016 acerca da aquisição da parcela complementar de 41,34% (quando a Companhia passou a deter 91,44% da Multidisplay).

Em 19 de novembro de 2020, após a aprovação pelo Banco Central do Brasil, ocorreu a conclusão da aquisição das ações representativas de 8,56% do capital da Multidisplay pela Cielo, passando esta a deter 100% de participação. Decorrente da aquisição, foi reconhecido um ágio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 26.157.

Incorporação da Braspag

Em 30 de setembro de 2020, a controlada direta Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”) foi incorporada pela controlada indireta Stelo S.A. (“Stelo”) com a versão de todos os seus bens, direitos e obrigações para a Stelo. A Incorporação tem por finalidade simplificar a estrutura organizacional e as práticas contábeis e societárias, bem como proporcionar redução de custos e melhoria de resultados decorrente da melhor organização operacional e administrativa do grupo econômico, visando dar maior agilidade e eficiência na condução dos negócios. A partir desta operação a Cielo passou a deter participação direta na Stelo de 21,36% e indireta de 100%.

A Braspag foi incorporada com base nos saldos apurados no laudo de avaliação patrimonial com data-base de 31 de agosto de 2020, com patrimônio líquido avaliado na data-base de R\$ 37.866 e incorporado na Stelo a partir da emissão de novas ações.

Na mesma data, após a incorporação dos saldos, foi aprovado aporte de capital na Stelo no montante de R\$ 65.500.

Resgate de ações da Cateno

Em novembro de 2020, foi realizado o resgate parcial de ações da Cateno, no valor total de R\$ 1.864.378, liquidado em caixa para as acionistas Cielo (no montante de R\$ 1.305.065, correspondentes a 70% de participação) e BB Elo Cartões Participações S.A. (no montante de R\$ 559.313, correspondentes a 30% de participação). A operação não resultou em alteração na composição societária da controlada.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade, e de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”), denominadas em conjunto “COSIF” e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

Notas Explicativas

Cielo S.A
Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 26 de janeiro de 2021.

2.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos incobráveis (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions, Inc (“MerchantE”). Adicionalmente, com relação à MerchantE, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e MerchantE (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “pro rata

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

temporis”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da MerchantE, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a MerchantE manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a MerchantE é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas (aplicações no mercado aberto), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, que possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Aplicações no mercado aberto

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Companhia em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/01:

Títulos para negociação

São aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda

São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

seu valor de mercado. O valor de mercado, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor de mercado possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os instrumentos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os instrumentos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do exercício se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os instrumentos financeiros classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor de mercado dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Mudanças no valor de mercado de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um “*hedge*” de fluxo de caixa ou um “*hedge*” de variação cambial de investimentos no exterior são registradas em outros resultados abrangentes, e quando qualificados como um “*hedge*” de risco de mercado, o objeto e o instrumento de “*hedge*” são registrados no resultado pelos valores justos.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do “*hedge*” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “*hedge*” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor de mercado ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um objeto de “*hedge*” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido em outros resultados abrangentes, é imediatamente reportado na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor de mercado de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de risco de mercado são reconhecidas na linha de resultado financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

2.8 Contas a receber de emissores e contas a pagar a estabelecimentos

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

Valores a receber de transações financeiras processadas

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela MerchantE que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

Valores a receber de estabelecimentos

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

b) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos

Obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Companhia.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A MerchantE paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

Cauções de clientes

A MerchantE mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior são adaptadas aos critérios contábeis da Controladora e convertidas para a moeda real pela taxa do final do período.

2.10 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

2.11 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.12 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.13 Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

O ágio decorrente de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.14 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Companhia está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do

Notas Explicativas

Cielo S.A
Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.15 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Companhia é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Companhia possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.16 Provisões para contingências

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

2.17 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Sociais e Estatutárias”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.18 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Companhia oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas (apurado com base na média dos últimos 30 pregões) e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.19 Adoção inicial de normas

Aplicação inicial para o exercício de 2020

A partir de janeiro de 2020, a Companhia adotou as novas determinações para a publicação das demonstrações financeiras previstas na Resolução BACEN nº 2/2020, anteriormente definidas na revogada Circular BACEN nº 3.959/19. No quadro abaixo, demonstramos a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos:

<u>Ativo/Passivo</u>	<u>Classificação anterior</u>	<u>Resolução BACEN nº 2/2020</u>
Disponibilidades	Caixa e Equivalentes de Caixa	Disponibilidades
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Disponibilidades
Aplicações em fundos de investimentos e demais aplicações financeiras	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Disponibilidades/Instrumentos financeiros, incluindo derivativos
Derivativos	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Instrumentos financeiros, incluindo derivativos
Fundo de investimento em direitos creditórios	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Fundo de investimento em direitos creditórios
Outros ativos	Outros	Outras contas a receber operacionais
Outros valores e bens	Outros valores e bens	Outros valores a receber
Depósitos judiciais	Devedores por depósito em garantia	Depósitos judiciais
Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes

Em 12 de agosto de 2020, foi emitida a Resolução BACEN nº 2/2020 que consolida as regras para elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras, revogando a Circular nº 3.959, sendo que as disposições da mesma foram incorporadas na Resolução BACEN nº 2/2020, não apresentando impactos relevantes no modelo de divulgação adotado pela Companhia.

Notas Explicativas

Cielo S.A
Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

A partir do segundo semestre de 2020, o BACEN iniciou um processo de reestruturação e revisão de seu arcabouço regulatório. No escopo desta revisão, começaram a ser emitidas novas normas que consolidam as diversas normas já existentes, simplificando e facilitando a consulta. Os novos normativos aplicáveis às Instituições de Pagamento e, conseqüentemente, à Cielo possuem vigência a partir de 01 de janeiro de 2021 e estão listados a seguir:

Nova norma	Escopo	Normativos revogados	Início da vigência
Resolução BACEN nº 5	Dispõe sobre os critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda pelas instituições de pagamento	Revoga a Circular nº 3.965, de 2 de outubro de 2019.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 6	Dispõe sobre os critérios e procedimentos para reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso pelas instituições de pagamento	Revoga a Circular nº 3.817, de 14 de dezembro de 2016.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 7	Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para reconhecimento contábil e mensuração dos componentes do ativo intangível e veda o registro de ativo diferido pelas instituições de pagamento.	Revoga a Circular nº 3.818, de 14 de dezembro de 2016.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 8	Dispõe sobre os critérios e as condições para mensuração, reconhecimento e divulgação de transações com pagamento baseado em ações realizadas pelas instituições de pagamento.	N/A	01/01/2021
Resolução BACEN nº 9	Consolida os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, de contingências passivas e de contingências ativas pelas instituições de pagamento	Revoga a Circular nº 3.484, de 2 de fevereiro de 2010.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 13	Consolida os critérios gerais de contabilidade aplicáveis às instituições de pagamento e às administradoras de consórcio em regime de liquidação extrajudicial, os procedimentos contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em regime de liquidação extrajudicial na elaboração e divulgação de demonstrações.	Revoga os normativos: Circular nº 3.819, de 14 de dezembro de 2016; Circular nº 3.820, de 14 de dezembro de 2016; e Circular nº 3.896, de 9 de maio de 2018.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 15	Consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, aplicáveis às administradoras de consórcio e às instituições de pagamento e os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na apresentação de pedido para dispensa de critério para constituição do ativo fiscal diferido ou para sua baixa e na divulgação de informações em notas explicativas.	Revoga os normativos: Circular nº 3.174, de 15 de janeiro de 2003; e Circular nº 3.776, de 30 de dezembro de 2015.	01/01/2021
Resolução BACEN nº 33	Dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	Revoga os normativos: Circular nº 1.963, de 23 de maio de 1991; e Circular nº 3.816, de 14 de dezembro de 2016.	01/01/2022

Após as análises realizadas, a Companhia não identificou efeitos significativos da adoção dos normativos supramencionados nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

2.20 Alteração de política contábil – Reconhecimento da Equivalência Patrimonial da controlada Stelo

Em 14 de setembro de 2018, a Companhia adquiriu o controle indireto das ações da controlada Stelo por meio de sua controlada Aliança, que comprou 70% de participação na Stelo, passando a deter 100% do capital social da empresa. A partir dessa data, as atividades da Stelo ganharam representatividade na estratégia do Grupo, principalmente na atuação com o segmento de clientes Empreendedores.

Na consolidação das demonstrações financeiras até 31 de dezembro de 2019, foram utilizadas as informações contábeis da controlada indireta Stelo com um mês de defasagem. Nas demonstrações financeiras individuais, da mesma forma, foram utilizadas as informações contábeis da Stelo referentes a 30 dias antes da data dos demonstrativos para efeito de cálculo do investimento.

Com o objetivo de obter informações contábeis mais relevantes e confiáveis ao desempenho financeiro do Grupo, a Administração da Companhia optou por mudar a política contábil de consolidação da controlada indireta Stelo a partir de 1º de janeiro de 2020, deixando de reconhecer a equivalência com defasagem de 30 dias e passando a consolidar suas informações contábeis no mesmo período de competência da Controladora Cielo.

A Administração entendeu que a nova política contábil utilizada para o reconhecimento do resultado da equivalência patrimonial da controlada Stelo traria maior transparência, maior aderência à performance financeira do período e, por consequência, maior facilidade na interpretação dos resultados por parte dos investidores e agentes de mercado.

Essa mudança de prática contábil foi registrada de acordo com o pronunciamento técnico CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em decorrência da aplicação deste pronunciamento, a Companhia preparou o balanço de abertura considerando a aplicação da alteração de política contábil em 2019. Para fins comparativos, foram preparadas também as informações financeiras consolidadas referentes às demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	31/12/2019 Reapresentado
Ativo:						
Circulante	81.021.605	-	81.021.605	77.545.368	(79.648)	77.465.720
Não circulante	12.495.482	(37.100)	12.458.382	14.346.887	(28.288)	14.318.599
Total do ativo	<u>93.517.087</u>	<u>(37.100)</u>	<u>93.479.987</u>	<u>91.892.255</u>	<u>(107.936)</u>	<u>91.784.319</u>
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	74.533.409	-	74.533.409	68.402.838	(68.512)	68.334.326
Não circulante	9.516.324	-	9.516.324	10.349.737	(2.324)	10.347.413
Patrimônio líquido	9.467.354	(37.100)	9.430.255	13.139.680	(37.100)	13.102.580
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>93.517.087</u>	<u>(37.100)</u>	<u>93.479.988</u>	<u>91.892.255</u>	<u>(107.936)</u>	<u>91.784.319</u>

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

Demonstração do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	Exercício de 2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	Exercício de 2019 Reapresentado	Exercício de 2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	Exercício de 2019 Reapresentado
Resultado:						
Receita líquida	5.300.680	-	5.300.680	11.347.305	6.537	11.353.842
Lucro bruto	2.663.118	-	2.663.118	4.095.097	(13.735)	4.081.362
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.447.453	(32.759)	1.414.694	1.938.123	(31.542)	1.906.581
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	1.988.836	(32.759)	1.956.077	2.521.241	(30.556)	2.490.685
Lucro líquido do exercício	1.580.151	(32.759)	1.547.392	1.785.882	(32.759)	1.753.123

(*) Efeito da mudança no procedimento de consolidação da Stelo, que passou a ser consolidado dentro do mês de competência.

3 Informações consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia, de suas controladas e dos fundos de investimento. Quando necessário, as informações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FICs) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na Controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em relação aos FIDCs, a Companhia consolida as suas informações contábeis por entender que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade dos FIDCs está vinculada às quotas mantidas pela Companhia. No processo de consolidação dos FIDCs foram feitas as eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Companhia e os FIDCs.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo está composto pelas seguintes empresas:

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2020	31/12/2019	
Participação direta em controladas e fundos:			
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")	100,00	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")	-	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet. A Braspag foi incorporada pela Stelo em 30 de setembro de 2020.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")	-	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman foi encerrada em 23 de março de 2020.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	37,30	79,59	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FICs")	100,00	100,00	Fundos destinados à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")	100,00	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. ("MerchantE")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais.
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte ("back office") para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:

PrevSaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("PrevSaúde")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.

4 Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo de disponibilidades da Companhia é composto a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em moeda nacional	21.204	35.236	23.698	27.470
Em moeda estrangeira	12.879	24.627	104.271	210.134
Total	34.083	59.863	127.969	237.604

5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo:				
Instrumentos financeiros equivalentes a caixa	2.631.697	131.537	3.379.272	2.974.788
Instrumentos financeiros derivativos	-	48.580	-	48.580
Demais instrumentos financeiros	175.498	-	696.618	-
Total	2.807.195	180.117	4.075.890	3.023.368
Passivo:				
Instrumentos financeiros derivativos	2.079	47.513	2.079	47.513
Total	2.079	47.513	2.079	47.513

a. Instrumentos financeiros equivalentes a caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o saldo de instrumentos financeiros equivalentes a caixa é composto pelos saldos de aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários apresentados a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações no mercado aberto	1.002	-	280.626	255.856
Títulos e valores mobiliários	2.630.695	131.537	3.098.646	2.718.932
Total	2.631.697	131.537	3.379.272	2.974.788

Aplicações no mercado aberto

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos de aplicações no mercado aberto é demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

	Controladora		
	Vencimento	Total	
	0 - 30	31/12/2020	31/12/2019
Compromissadas	1.002	1.002	-
Total	1.002	1.002	-

	Consolidado			
	Faixa de vencimento		Total	
	0 - 30	Acima de 180	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações em moeda estrangeira	213.543	-	213.543	255.840
Compromissadas lastreadas em Debêntures	59.247	16	59.263	16
Compromissadas	7.820	-	7.820	-
Total	280.610	16	280.626	255.856

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

Títulos e valores mobiliários

Composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos títulos e valores mobiliários classificados é demonstrado conforme abaixo:

	Controladora				31/12/2019	
	31/12/2020		Total		Total	
	Faixa de vencimento	Acima de 365	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo ⁽¹⁾	Valor de Mercado	Valor de Custo
Mantidos para Negociação	993	2.629.702	2.630.695	2.622.796	131.537	131.537
Títulos privados	-	2.629.702	2.629.702	2.622.796	131.537	131.537
Cotas de fundos de investimento	-	2.627.861	2.627.861	2.620.024	121.194	121.194
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	1.841	1.841	1.836	9.364	9.364
Outros	993	-	993	936	979	979
Total	993	2.629.702	2.630.695	2.622.796	131.537	131.537

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	Faixa de vencimento	Acima de 365	Valor de Mercado ⁽¹⁾	Valor de Custo ⁽¹⁾	Valor de Mercado	Valor de Custo
Mantidos para Negociação	993	4.001	3.082.585	3.087.579	3.084.438	2.604.661
Títulos públicos	-	-	11.067	11.067	11.067	114.271
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	81.264
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	11.067	11.067	11.067	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	33.007
Títulos privados	993	4.001	3.082.585	3.087.579	3.084.438	2.604.661
Cotas de fundos de investimento	-	-	3.000.689	3.000.689	2.997.611	1.941.649
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	4.001	4.650	8.651	8.645	134.714
Letras Financeiras - LF	-	-	31.017	31.017	31.017	497.542
Outros	993	-	46.229	47.222	47.165	30.756
Total	993	4.001	3.093.652	3.098.646	3.095.505	2.718.932

⁽¹⁾ O valor de mercado dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas. As aplicações, por mais que os papéis possuam vencimentos acima de 90 dias, possuem alta liquidez e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sem nenhuma forma de restrição quanto a sua liquidação e são utilizadas como parte da gestão de caixa da Companhia.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

b. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos especulativos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor dos passivos e/ou dos ativos expostos a riscos.

“Hedge” de risco de mercado

A Companhia, na ocasião da contratação de instrumento financeiro derivativo na modalidade de “swap”, designou-o como instrumento de “hedge” para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 239.166 mil, equivalente a R\$ 1.000.000 na data de contratação, vencido e liquidado em 30 de agosto de 2019. Nesta mesma data, o saldo remanescente do empréstimo, no valor de US\$ 121.000 mil, foi renovado com vencimento programado para 27 de agosto de 2020, para a qual foi contratada uma nova operação de “swap” para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

Os termos contratuais do contrato de empréstimo (conforme nota explicativa 12) e do “swap” foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Companhia) do “swap” e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Companhia), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de “hedge”.

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumento derivativo, a Companhia utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de “hedge” são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem. O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A operação foi liquidada em 27 de agosto de 2020, em seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2019, a posição do contrato de “swap” refletia um valor justo a pagar de R\$ 13.480, conforme demonstrado abaixo:

Vencimento da Operação	31/12/2020					31/12/2019	
	Nacional R\$	Valorização		MTM Ativo	MTM Passivo	Valor justo (Mercado)	Valor justo (Mercado)
		Ponta Ativa	Ponta Passiva			Valor a Receber/(pagar)	Valor a Receber/(pagar)
27/08/2020	504.328	-	-	-	-	-	(13.480)

Até o encerramento da operação em 27 de agosto de 2020, a relação de “hedge” estabelecida pela Companhia foi eficaz, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do “hedge” foi registrada.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

“Non Deliverable Forward - NDF”

Com objetivo de proteção cambial para a parcela remanescente dos “Bonds”, em 28 de junho de 2019, a Companhia contratou dois instrumentos “NDF” no valor de “nocial” de US\$ 53.500 mil cada, totalizando US\$ 107.000 mil, com taxa média futura de R\$ 3,89475 ambos com vigência a partir de 01 de julho de 2019 liquidados em 02 de janeiro de 2020.

Para manter a proteção cambial, a Companhia contratou um instrumento “NDF” no valor nocial de US\$ 98.000 mil com taxa futura de R\$ 4,0647 e vencimento em 01 de julho de 2020. O mesmo foi liquidado antecipadamente no dia 15 de junho de 2020 com ajuste positivo no valor de R\$ 107.151. No mesmo dia, a Companhia contratou novos instrumentos “NDF” no valor total nocial de US\$ 73.700 mil com datas de vencimento de acordo com o pagamento das parcelas semestrais de juros e principal “bullet” que vão de 13 de novembro de 2020 até 14 de novembro de 2022.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição dos instrumentos “NDF” refletia um valor justo a pagar de R\$ 2.079 (R\$ 14.547 a receber em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado abaixo:

Vencimento da Operação	31/12/2020			31/12/2019	
	Valorização		Valor justo (Mercado)	Valor justo (Mercado)	
	Nocial R\$	Ponta Passiva	Valor a Receber/(pagar)	Valor a Receber/(pagar)	
15/06/2020	-	-	-	14.547	
14/05/2021	11.187	(52)	(52)	-	
12/11/2021	11.343	(77)	(77)	-	
13/05/2022	11.562	(79)	(79)	-	
14/11/2022	362.400	(1.871)	(1.871)	-	
Total	396.492	(2.079)	(2.079)	14.547	

Em 13 de novembro de 2020, foi liquidado o primeiro contrato de NDF, em conjunto com a parcela de juros dos Bonds com ajuste positivo de R\$ 365 no resultado.

c. Demais instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo dos demais instrumentos financeiros é composto por títulos mantidos até o vencimento, apresentados a seguir:

	Controladora				
	31/12/2020			31/12/2019	
	Faixa de vencimento	Total		Total	
Acima de 365	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo	
Mantido até o Vencimento					
Títulos privados	175.498	175.498	175.498	-	-
Títulos de renda fixa no exterior ¹	175.498	175.498	175.498	-	-
Total	175.498	175.498	175.498	-	-

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

	Consolidado							
	31/12/2020				Total		31/12/2019	
	Faixa de vencimento				Valor de	Valor de	Valor de	Valor de
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Mercado	Custo	Mercado	Custo
Mantido até o Vencimento								
Títulos públicos	-	-	-	84.567	84.567	84.000	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	84.567	84.567	84.000	-	-
Títulos privados	79.681	146.043	13.002	373.325	612.051	609.494	-	-
Letras Financeiras - LF	79.681	68.496	13.002	197.827	359.006	357.996	-	-
Títulos de renda fixa no exterior ¹	-	-	-	175.498	175.498	175.498	-	-
Outros	-	77.547	-	-	77.547	76.000	-	-
Total	79.681	146.043	13.002	457.892	696.618	693.494	-	-

⁽¹⁾ Como parte da estrutura criada para proteção da variação cambial dos “Bonds”, a Companhia contratou uma aplicação financeira em moeda estrangeira junto ao Banco do Brasil de Nova York no montante de US\$ 33.630 mil a uma taxa de remuneração de 3,15% a.a. com vencimento em 14 de novembro de 2022. Esta aplicação, em conjunto com as “NDFs” descritas no item anterior, protegem as oscilações decorrentes da variação cambial dos “Bonds”. Em novembro de 2020, ocorreu a amortização dos rendimentos auferidos desde o início da aplicação no montante de US\$ 436 ou R\$ 2.305.

O resultado obtido dos instrumentos financeiros está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

6 Fundo de investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado. De 31 de julho de 2017 até atualização do regulamento em 03 de junho de 2019, o fundo não operou novas aquisições de recebíveis, voltando a operar com novas aquisições a partir desta data. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Em julho de 2020, a Companhia realizou o resgate da totalidade das cotas do FIDC Plus devido ao seu vencimento e realizou sua segunda emissão de cotas no mercado nacional no montante de R\$4.250.000. Em novembro de 2020, foi realizado o resgate da totalidade das cotas mezanino B do FIDC Plus no montante de R\$ 1.250.000.

Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Objetivo dos fundos

O FIDC Plus e o FIDC têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, assim como, aquisição de carteiras de crédito operacionalizadas por instituições financeiras parceiras no sistema de adquirencia Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Outras informações

Os rendimentos das cotas seniores II e mezanino B do FIDC Plus são pagos semestralmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezaninos, a partir de 120 dias de sua emissão, e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu às cotas seniores II o rating de risco “AAA”.

Os direitos creditórios do FIDC Plus são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério “pro rata temporis”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

dos direitos creditórios.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada a seguir:

	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC	57.285	41.324	41.324	-
FIDC Plus	150.280.030	4.851.136	1.809.674	3.041.462
Sênior	3.000.000	3.041.462	-	3.041.462
Subordinada	147.280.030	1.809.674	1.809.674	-
Total	150.337.315	4.892.460	1.850.998	3.041.462

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão assim demonstrados:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC	41.427	103	41.324	82.047	217	81.830
FIDC Plus	4.851.691	555	4.851.136	9.805.299	1.704	9.803.595
Total	4.893.118	658	4.892.460	9.887.346	1.921	9.885.425

As demonstrações de resultado dos fundos no semestre e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são apresentadas a seguir:

	2º Semestre			Exercício		
	31/12/2020			31/12/2020		
	FIDC	FIDC Plus	Total	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	6.085	180.367	186.452	13.417	522.494	535.911
Receitas financeiras	340	21.993	22.333	775	49.483	50.258
Despesas financeiras	-	(4.311)	(4.311)	-	(15.698)	(15.698)
Outras despesas operacionais	(15.808)	(479)	(16.287)	(29.698)	(1.085)	(30.783)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	(9.383)	197.570	188.187	(15.506)	555.194	539.688

	2º Semestre			Exercício		
	31/12/2019			31/12/2019		
	FIDC	FIDC Plus	Total	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	9.351	545.189	554.540	9.380	1.162.265	1.171.645
Receitas financeiras	108	6.762	6.870	159	13.169	13.328
Despesas financeiras	-	(553)	(553)	-	(1.228)	(1.228)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(4.972)	(405)	(5.377)	(5.129)	(71)	(5.200)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	4.487	550.993	555.480	4.410	1.174.135	1.178.545

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

7 Contas a receber operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Rendas a receber de transações de pagamentos	338.095	284.638	935.733	875.676
Contas a receber de emissores	70.034.602	71.864.873	70.211.977	72.192.036
Contas a receber de emissores (a)	69.984.534	71.758.516	69.984.534	71.758.516
Contestações de portadores de cartão de crédito – “chargeback” (b)	2.242	48.099	2.242	48.099
Valores a receber de transações financeiras processadas (c)	-	-	12.214	169.652
Valores a receber de intercâmbio de clientes (d)	-	-	165.161	157.511
Outros	47.826	58.258	47.826	58.258
Outras contas a receber operacionais	207.316	300.034	285.304	443.918
Provisão para créditos incobráveis (e)	(277.701)	(245.948)	(304.582)	(267.705)
Total	70.302.312	72.203.597	71.128.432	73.243.925
Circulante	70.281.674	72.176.683	71.106.022	73.215.000
Realizável a longo prazo	20.638	26.914	22.410	28.925
Total	70.302.312	72.203.597	71.128.432	73.243.925

- (a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações e cessões com bancos emissores. No 1º semestre de 2020, foram cedidos o total de R\$ 4.775.198 em recebíveis a um custo médio de 142,74% do DI. (R\$ 2.000.000 a um custo médio de 109,84% do DI em 31 de dezembro de 2019). Em 31 de dezembro de 2020, não há saldos de cessões em aberto.
- (b) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pelo Grupo nas respectivas datas de balanço (“chargeback”).
- (c) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada MerchantE. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela MerchantE até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à MerchantE os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (d) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (e) Refere-se à provisão constituída a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações já em atraso realizadas com estabelecimentos comerciais, sendo estas relacionadas a produtos e serviços prestados pela Companhia, assim como cobranças de cancelamentos e chargebacks, conforme apresentado na nota explicativa 26 – Gestão de riscos. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de ratings e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações.

8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir a reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social em relação à taxa nominal de referidos tributos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	500.431	667.425	1.956.077	950.973	2.490.685
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(170.147)	(226.925)	(665.066)	(323.331)	(846.833)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	41.058	51.500	164.994	51.500	164.994
Benefício fiscal de P&D	2.235	4.946	10.928	4.946	10.928
Equivalência patrimonial	24.945	(3.864)	77.520	(640)	3.130
Ágio na aquisição de Investimento	(101)	(101)	(5.890)	-	(5.890)
Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores	-	-	10.197	-	10.197
Benefício Fiscal MerchantE ¹	-	-	-	20.272	-
Diferença de alíquota de Imposto de Renda EUA	-	-	-	(32.009)	(25.478)
Efeito prejuízo fiscal Stelo	-	-	-	(38.426)	(53.029)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas (*)	231	(2.732)	(1.368)	(1.772)	4.419
Imposto de renda e contribuição social	(101.779)	(177.176)	(408.685)	(319.460)	(737.562)
Correntes	(173.887)	(203.401)	(395.756)	(397.686)	(779.151)
Diferidos	72.108	26.225	(12.929)	78.226	41.589

¹ Em 2020, houve ampliação do benefício fiscal aproveitado pela MerchantE, no montante de R\$ 17.969 (impacto não recorrente), oferecido pelo governo americano, que possibilitou a compensação de impostos retroativos aos últimos 5 anos para o prejuízo de 2020, com o objetivo de amenizar o impacto do COVID na economia americana (antes da aprovação deste benefício, as empresas só estavam autorizadas a compensar impostos referentes aos 2 últimos anos).

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, totalizaram R\$ 5.488 (R\$ 6.338 no Consolidado) em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 9.465 (R\$ 9.965 no Consolidado) em 31 de dezembro de 2019.

b. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	605.261	601.178	610.917	607.779
Provisão para despesas diversas	209.409	206.154	321.710	326.979
Prejuízo fiscal e base negativa em controlada	-	-	93.678	93.678
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com créditos incobráveis e fraude	113.249	100.659	133.451	104.251
Total	927.919	907.991	1.159.755	1.132.687

Notas Explicativas**Cielo S.A**

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Valor presente	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente
Até 12 meses	237.248	85.409	322.658	314.114	334.677	120.484	455.160	443.108
Superior a 12 meses	445.045	160.216	605.261	589.234	518.084	186.510	704.595	685.937
Total	682.293	245.625	927.919	903.348	852.761	306.994	1.159.755	1.129.045

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 322.658 (R\$ 455.160 no Consolidado) serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela remanescente, no montante de R\$ 605.261 (R\$ 704.595 no Consolidado), será realizada em um prazo superior a 12 meses e inclui os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação às provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no país e exterior.

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Valor justo dos ativos intangíveis da MerchantE, adquirida em 2012	1.923	6.220
Valor justo dos ativos intangíveis da Cielo USA	26.753	58.349
Passivo diferido sobre deságio	6.188	6.188
Total	34.864	70.757

c. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	210.891	66.314	479.082	440.182
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	5.324	17.190	25.572	29.008
Imposto Sobre Serviços - ISS	5.165	4.522	49.529	48.289
Programa de Integração Social - PIS	1.103	3.496	5.442	12.953
Outros tributos a recolher	13.969	12.853	21.515	23.257
Total	236.452	104.375	581.140	553.689

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

9 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Em controladas	7.605.594	8.724.467	-	-
Em controladas em conjunto	121.890	126.229	121.890	126.229
Ágio na aquisição de investimentos	25.859	-	-	-
Total	7.753.343	8.850.696	121.890	126.229

Na consolidação das demonstrações financeiras, para as controladas diretas Multidisplay e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos e MerchantE, foram utilizadas as informações contábeis de 30 de novembro de 2020 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de dezembro de 2020. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de doze meses findo em 30 de novembro de 2020.

O detalhamento da natureza dos ágios gerados na aquisição de investimentos registrados na rubrica de investimento está na nota explicativa 11 (a) – Ágio na aquisição de investimentos.

As principais informações sobre as controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

	31/12/2020					31/12/2020				
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro Bruto antes do resultado financeiro	Lucro Líq. / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do Semestre	Equivalência patrimonial do exercício	Investimento
Controladas:										
Servinet	99,99	119.575	84.223	35.352	288.000	283.823	16.501	5.525	11.801	35.348
Multidisplay (i)	100,00	152.319	92.470	59.849	1.320.629	73.700	34.271	9.930	21.577	59.849
Braspag (v)	99,99	-	-	-	63.379	36.764	24.396	8.512	17.868	-
Cielo USA (ii)	100,00	739.484	2.129.391	(1.389.907)	-	(159.708)	(256.909)	(136.479)	(277.792)	-
Cateno (iv)	70,00	11.080.610	697.751	10.382.859	2.622.368	938.445	642.362	206.058	325.094	7.268.001
Sielo (v)	21,36	360.448	116.407	244.041	183.473	(34.534)	(99.650)	(871)	(871)	52.135
Aliança	99,99	197.974	7.713	190.261	8.648	8.883	(107.046)	(17.849)	(107.161)	190.261
Subtotal								74.826	(9.484)	7.605.594
Controladas em conjunto:										
Orizon (iii)	40,95	341.804	29.689	312.115	127.942	29.451	(10.060)	(1.416)	(1.825)	121.890
Paggo (ii)	50,00	130	339	(209)	-	-	(112)	(43)	(57)	-
Subtotal								(1.459)	(1.882)	121.890
Total Controladora								73.367	(11.366)	7.727.484
Total Consolidado								(1.459)	(1.882)	121.890
Controladas indiretas:										
M4Produtos	100,00	169.399	141.132	28.267	118.853	62.309	7.876	4.881		
Merchante	100,00	704.569	319.375	385.194	2.317.179	421.220	(162.264)	(97.143)		
Controladas em conjunto indiretas:										
PrevSaúde	40,95	18.097	989	17.108	7.059	4.140	3.041	2.481		
Guilher	40,95	7.647	4.884	2.763	5.285	1.415	669	665		
(i)										
(ii)										
(iii)										
(iv)										
(v)										

O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua entidade controlada Multidisplay.

Em 31/12/2020, as empresas Cielo USA e Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para "Provisão para obrigação com investidas".

O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua entidade controlada Orizon.

O saldo ativo da Cateno é composto, substancialmente, pelo direito de exploração do arranjo de pagamentos Outocard.

Em 30/09/2020, a Braspag foi incorporada pela Sielo, conforme descrito na nota explicativa 1 – Contexto operacional. Após a operação, a Cielo passou a deter 21,36% de participação direta no capital social da Sielo e passou a reconhecer equivalência patrimonial deste investimento. O saldo de R\$ (871) refere-se à equivalência apurada da data do evento de 30/09/2020 até 31/12/2020.

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

	31/12/2019		31/12/2019		31/12/2019		31/12/2019			
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq. / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do exercício	Investimento
Controladas:										
Servinet	99,99	105.950	84.045	21.905	286.541	282.956	16.212	10.952	10.952	21.905
Multidisplay (i)	91,44	154.665	90.867	63.798	1.088.170	58.322	34.758	27.969	25.576	59.745
Braspag	99,99	62.383	29.383	33.000	52.004	29.929	18.114	12.197	12.197	33.000
Cielo USA (ii)	100,00	825.540	1.687.306	(861.766)	-	(107.416)	(125.923)	(148.904)	(148.904)	-
Cateno (iv)	70,00	12.989.690	762.119	12.227.571	2.773.299	1.100.045	911.712	677.789	474.452	8.559.300
Aliança	99,99	252.626	202.109	50.517	5.426	5.515	(155.661)	(155.480)	(155.480)	50.517
Subtotal									218.793	8.724.467
Controladas em conjunto:										
Orizon (iii)	40,95	355.641	33.031	322.610	149.774	50.805	16.243	22.550	9.234	126.229
Paggo (ii)	50,00	243	340	(97)	-	-	(56)	(56)	(28)	-
Subtotal									9.206	126.229
Total Controladora									227.999	8.850.696
Total Consolidado									9.206	126.229
Controladas indiretas:										
M4Produros	91,44	208.749	181.632	27.117	126.011	70.232	27.939	18.747		
MerchantE	100,00	847.726	399.638	448.088	1.903.514	378.463	(29.456)	(15.505)		
Sielo	100,00	524.052	276.527	247.526	188.075	(57.986)	(131.187)	(155.967)		
Controladas em conjunto indiretas:										
PrevSaúde	40,95	16.191	1.565	14.626	8.162	5.530	4.551	3.958		
Guilher	40,95	11.292	9.195	2.097	6.040	976	162	689		

(i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay.

(ii) Em 31/12/2019, as empresas Cielo USA e Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para "Provisão para obrigação com investidas".

(iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

(iv) O saldo ativo da Cateno é composto, substancialmente, pelo direito de exploração do arranjo de pagamentos Omnicard.

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.960.900	119.055
Constituição de provisão para obrigações com investidas (a)	142.836	28
Dividendos recebidos:		
Braspag	(20.673)	-
Multidisplay	(26.056)	-
Orizon	(2.060)	(2.060)
Servinet	(25.000)	-
Cateno	(459.598)	-
Resultado com equivalência patrimonial	227.999	9.206
Amortização de ágio	(17.323)	-
Integralização de capital – Aliança	73.114	-
Outros efeitos no patrimônio líquido de controladas	(3.443)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.850.696	126.229
Provisão para obrigações com investidas (a)	279.491	(332)
Dividendos recebidos:		
Orizon	(2.124)	(2.124)
Multidisplay	(25.500)	-
Braspag	(11.463)	-
Cateno	(311.327)	-
Aporte de capital em controladas	65.500	-
Integralização de adiantamento de capital em controladas – AFAC (b)	195.000	-
Aquisição de participação em controlada – Multidisplay (c)	29.797	-
Amortização de ágio	(297)	-
Resgate de ações – Cateno (d)	(1.305.064)	-
Resultado com equivalência patrimonial	(11.366)	(1.882)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.753.343	121.890

- (a) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de “Provisão para obrigação com investidas”.
- (b) Aumento de capital com a utilização de adiantamentos realizados ao decorrer de 2019 (Aliança).
- (c) Conforme descrito na nota explicativa 1 em eventos societários, em novembro de 2020, a Cielo adquiriu a participação remanescente de 8,56% no capital social da Multidisplay no valor de R\$ 29.797. Essa transação resultou no reconhecimento de um ágio de expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 26.157.
- (d) Em novembro de 2020, foi realizado o resgate parcial de ações da Cateno, no valor total de R\$ 1.864.378, liquidado em caixa para os acionistas Cielo (no montante de R\$ 1.305.064, correspondentes a 70% de participação) e BB Elo Cartões Participações S.A. (no montante de R\$ 559.313, correspondentes a 30% de participação). A operação não resultou em alteração na composição societária da controlada.

10 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora			
		31/12/2020		31/12/2019	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.858.481	(1.065.381)	793.100	729.572
Equipamentos de processamento de dados	20	248.751	(144.522)	104.229	60.315
Máquinas e equipamentos	10 - 20	28.539	(25.822)	2.717	4.599
Instalações	10	49.201	(25.527)	23.674	28.285
Móveis e utensílios	10	11.276	(6.378)	4.898	5.903
Veículos	20	1.664	(402)	1.262	1.478
Total		2.197.912	(1.268.032)	929.880	830.152

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

		Consolidado				
		31/12/2020			31/12/2019	
Taxa anual de depreciação - %		Depreciação			Líquido	
		Custo	Acumulada	Líquido		
	Equipamentos de captura de transações	20	1.859.106	(1.065.735)	793.371	729.946
	Equipamentos de processamento de dados	20	313.096	(197.830)	115.266	68.988
	Máquinas e equipamentos	10 - 20	52.703	(33.051)	19.652	15.951
	Instalações	10	98.428	(50.105)	48.323	54.402
	Móveis e utensílios	10	19.515	(10.669)	8.846	10.569
	Veículos	20	1.773	(475)	1.298	1.528
	Total		2.344.621	(1.357.865)	986.756	881.384

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

		Controladora				
		31/12/2019	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/12/2020
	Equipamentos de captura de transações	729.572	321.665	(42.995)	(215.142)	793.100
	Equipamentos de processamento de dados	60.315	67.611	-	(23.697)	104.229
	Máquinas e equipamentos	4.599	129	-	(2.011)	2.717
	Instalações	28.285	302	-	(4.913)	23.674
	Móveis e utensílios	5.903	123	-	(1.128)	4.898
	Veículos	1.478	116	-	(332)	1.262
	Total	830.152	389.946	(42.995)	(247.223)	929.880

		31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/12/2019
	Total	523.853	525.389	(18.272)	(200.818)	830.152

		Consolidado					
		31/12/2019	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/12/2020
	Equipamentos de captura de transações	729.946	321.840	(43.161)	(215.312)	58	793.371
	Equipamentos de processamento de dados	68.988	74.951	(244)	(30.081)	1.652	115.266
	Máquinas e equipamentos	15.951	17.433	(11.476)	(5.117)	2.861	19.652
	Instalações	54.402	4.703	(1.098)	(9.684)	-	48.323
	Móveis e utensílios	10.569	402	(334)	(1.831)	40	8.846
	Veículos	1.528	116	-	(346)	-	1.298
	Total	881.384	419.445	(56.313)	(262.371)	4.611	986.756

		31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/12/2019
	Total	580.794	535.054	(18.668)	(216.535)	739	881.384

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 31.149 e R\$ 32.380, respectivamente.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

11 Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	29.960	5.974
Outros ativos intangíveis	596.407	562.734	10.412.795	10.949.664
Total	596.407	562.734	10.442.755	10.955.638

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Multidisplay – Benefício fiscal sobre ágio (a)	4.101	5.974
Multidisplay – Aquisição adicional de 8,56% (b)	25.859	-
Total	29.960	5.974

- (a) **Aquisição de controle – Multidisplay:** Em agosto de 2010, a Companhia adquiriu por meio da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay pelo valor de R\$ 50.650, gerando ágio inicial de R\$ 31.348. No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, sendo que o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$ 20.690, foi reconstituído na Companhia conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01. O benefício fiscal é amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.
- (b) **Aquisição de controle adicional – Multidisplay -** Em 19 de novembro de 2020, ocorreu a conclusão da aquisição das ações representativas de 8,56% do capital da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A (“Multidisplay”) pela Cielo, passando a deter 100% de participação. A Companhia, em 29 de maio de 2020, formalizou sua concordância em relação ao montante de R\$ 29.797 para o Exercício de Opção de Venda da participação remanescente detida pelos sócios-fundadores da Multidisplay, após cálculo com base nas Demonstrações Financeiras auditadas de 31 de dezembro de 2019, conforme opção prevista no acordo firmado em 04 de julho de 2016 acerca da aquisição da parcela complementar de 41,34% (quando a Companhia passou a deter 91,44% da Multidisplay).

A movimentação do saldo de ágios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.579
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(5.282)
Amortização do ágio do período	(17.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.974
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(1.874)
Aquisição de participação – Multidisplay	26.157
Amortização do período	(297)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	29.960

b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

	Taxa anual de amortização - %	Controladora			
		31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	1.222.456	(650.082)	572.374	499.370
Relacionamento com clientes	20	112.032	(87.999)	24.033	63.364
Total		1.334.488	(738.081)	596.407	562.734

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado			
		31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Exploração – Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(2.250.111)	9.321.889	9.707.622
Software (b)	6,66 - 20	1.996.393	(1.167.939)	828.454	726.434
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	1.242.561	(1.048.234)	194.327	410.702
Desenvolvimento de projetos (d)	20	90.705	(23.825)	66.880	88.496
Acordo de não competição (e)	7,5 - 50	102.995	(102.820)	175	10.188
Contratos de serviços (f)	8 - 20	32.218	(31.222)	996	6.148
Marcas (g)	10	74	-	74	74
Total		15.036.946	(4.624.151)	10.412.795	10.949.664

- (a) **Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Companhia e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento. Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do “Fluxo de Caixa Descontado”, os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572.000 com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.
- (b) **Software** - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da MerchantE, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000 mil). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias “Relief-from-Royalty” (a um “royalty fee” de 16%) e “Cost Approach - Third-party Cost Estimates”. A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.
- (c) **Relacionamento com clientes:**
- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “Income Approach” considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
 - **MerchantE** - A carteira de clientes da MerchantE foi classificada em três principais grupos: “e-commerce”, “bank customer” e “B2B/Outros”. Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia “Excess Earnings”, respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras “e-commerce” e “bank customer” e 11% para “B2B/Outros”. A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% a 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.
 - **Subsídio na Venda de Solução de Captura** – Corresponde ao subsídio pago pela Companhia e sua controlada (Stelo) na venda de terminais de captura para estabelecimentos comerciais e representa a expectativa de rentabilidade futura com os clientes, a partir da aquisição do equipamento, sendo apropriado pelo prazo médio de vida útil estimado em 15 meses.
- (d) **Desenvolvimento de projetos** - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar a receita da Companhia e de suas controladas.
- (e) **Acordo de não competição:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - O valor do acordo de não competição (“with and without”) foi calculado pela metodologia “Income Approach”, utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
 - **MerchantE** - Com relação ao acordo de não competição, a MerchantE firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“CB&T”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “With and Without”, e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

- (f) **Contratos de serviços:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
 - **MerchantE** - Com relação a contratos de serviços, a MerchantE, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "Excess Earnings", e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.
- (g) **Marcas (Cateno e Braspag)** - avaliada pela metodologia "Relief-from-Royalty", tendo como premissa a taxa de "royalty" de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da "Royalty Source Intellectual Property Database", e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora						
	31/12/2019	Adições	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	31/12/2020		
Software	499.370	225.799	-	(152.795)	572.374		
Relacionamento com clientes	63.364	33.083	-	(72.414)	24.033		
Total	562.734	258.882	-	(225.209)	596.407		
	31/12/2018	Adições	(Baixas) / Reversões	Amortizações	31/12/2019		
Total	420.389	275.505	(21)	(133.139)	562.734		

	Consolidado						
	31/12/2019	Adições	Transferências	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	Variação cambial	
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	9.707.622	-	-	-	(385.733)	-	9.321.889
Software	726.434	260.755	19.114	(8.293)	(229.868)	60.312	828.454
Relacionamento com clientes	410.702	37.576	-	-	(306.591)	52.640	194.327
Desenvolvimento de projetos	88.496	24.102	(19.114)	(15.917)	(19.346)	8.659	66.880
Acordo de não competição	10.188	-	-	(3.387)	(21.912)	15.286	175
Contratos de serviços	6.148	-	-	-	(2.385)	(2.767)	996
Marcas	74	-	-	-	-	-	74
Total	10.949.664	322.433	-	(27.597)	(965.835)	134.130	10.412.795
	31/12/2018	Adições	Transferências	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	Variação cambial	31/12/2019
Total	11.218.695	571.205	-	(744)	(857.410)	17.918	10.949.664

As despesas com depreciação e amortização de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Custo dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

12 Obrigações por empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures privadas (a)	3.360.718	3.402.483	3.360.718	3.402.483
Debêntures públicas (b)	2.986.697	2.978.983	2.886.634	2.878.841
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (d)	504.598	389.450	2.607.237	2.018.414
Financiamento de P&D	90.023	112.413	90.023	112.413
Capital de giro (c)	-	350.064	-	350.064
Empréstimo em moeda estrangeira - Operação 4131 (e)	-	483.420	-	483.420
Total	6.942.036	7.716.813	8.944.612	9.245.635
Circulante	40.214	917.685	40.960	918.337
Não circulante	6.901.822	6.799.128	8.903.652	8.327.298
Total	6.942.036	7.716.813	8.944.612	9.245.635

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

(a) **Debêntures Privadas**

Em 27 de fevereiro de 2015, a Companhia realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“DI”), conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

		Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o “Comitê de Transição” ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas, estabelecendo seu saldo remanescente no montante de R\$2.237.125. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(b) **Debêntures Públicas**

Em junho de 2019, a Sociedade realizou a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da ICVM 476. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com data de vencimento em 18 de junho de 2022. O montante foi integralmente destinado ao reperfilamento de dívidas da companhia. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 103,8% da taxa média diária de juros dos DI. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão das debêntures (bancos, agência de *rating*, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

As debêntures públicas possuem “covenants” que obriga a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados trimestralmente.

(c) **Capital de giro**

A partir de março de 2019, a Sociedade iniciou a captação de recursos para capital de giro por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram realizadas novas operações.

(d) **Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds”**

Em novembro de 2012, a Companhia e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de “bonds” no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Companhia e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da MerchantE. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal será pago em novembro de 2022. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses “bonds” (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de “bonds”.

Em junho de 2019, ocorreu a recompra parcial dos “Bonds” da parcela emitida pela Companhia, no valor de US\$ 372,9 milhões, sendo o saldo devedor remanescente de US\$ 97,1 milhões na Controladora e US\$ 405 milhões na Cielo USA.

(e) **Operação 4.131**

A Companhia possui uma linha de crédito junto MUFG Bank, LTD para captação em dólar ao equivalente a R\$ 500.000. O contrato possui validade de um ano, podendo ser renovado a cada exercício. Em conjunto com o referido empréstimo, a Companhia contrata um *Swap* para proteção de oscilações relacionadas à variação cambial, sendo a ponta passiva equivalente à taxa média diária de juros dos DI.

Em 30 de agosto de 2019, foi renovada a operação junto ao MUFG Bank, LTD no valor de US\$ 121 milhões, equivalente a R\$ 504.328 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 2,135% ao ano para o período de 30/08/2019 à 27/02/2020 e 2,235% ao ano para período de 28/02/2020 até vencimento do contrato em 27/08/2020. Adicionalmente, a Companhia contratou *Swap* com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 104,15% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados possuem datas de liquidação em 27/11/2019, 27/02/2020, 27/05/2020 e 27/08/2020, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo. Em 27 de agosto de 2020, houve a liquidação do contrato de empréstimo em moeda estrangeira (“operação 4.131”) no valor de US\$ 121.000 mil (R\$ 504.328). O instrumento derivativo *Swap*, que visava proteger o empréstimo em relação à oscilação da moeda estrangeira, também foi liquidada na mesma data.

A Companhia e suas controladas cumpriram os índices financeiros relacionados às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é como segue:

Notas Explicativas

Cielo S.A
Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.298.568	7.862.977
Novas captações	18.588.738	18.488.597
Pagamento de principal	(17.182.343)	(17.182.565)
Variação cambial (principal e juros)	54.970	121.829
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	(1.863)	(1.863)
Juros provisionados e encargos apropriados	423.508	483.421
Juros pagos	(441.540)	(503.536)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(37.883)	(37.883)
Amortização de custos de emissão de dívidas	14.658	14.658
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.716.813	9.245.635
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.716.813	9.245.635
Novas captações	6.097.196	6.097.196
Pagamento de principal	(7.143.479)	(7.143.479)
Variação cambial (principal e juros)	301.535	788.882
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	5.278	5.278
Juros provisionados e encargos apropriados	247.528	249.119
Juros pagos	(294.495)	(309.679)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(22.040)	(22.040)
Amortização de custos de emissão de dívidas	33.700	33.700
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.942.036	8.944.612

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 31 de dezembro de 2020, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2022	3.527.419	5.531.718
2023	3.359.681	3.359.681
2024	22.556	22.556
Total de empréstimos e financiamentos	6.909.656	8.913.955
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(7.834)	(10.303)
Total	6.901.822	8.903.652

13 Outras obrigações - Diversas - Contas a pagar a clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contas a pagar a clientes (a)	61.529.245	62.805.144	61.584.758	63.013.645
Valores a liquidar a clientes (b)	-	-	49.065	201.943
Cauções de clientes (c)	-	-	131.221	125.392
Total	61.529.245	62.805.144	61.765.044	63.340.980

- (a) Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Companhia, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos emissores;
- (b) Representados por valores devidos pela controlada MerchantE a seus estabelecimentos comerciais, referentes às transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações;
- (c) A controlada MerchantE requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Companhia também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Companhia em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Companhia estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

14 Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, como segue:

	Controladora					
	31/12/2019	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2020
Tributárias	1.691.220	44.435	(34.927)	5.591	-	1.706.319
Cíveis	48.808	53.927	(27.507)	8.282	(30.954)	52.556
Trabalhistas	66.846	13.024	(10.041)	7.576	(16.700)	60.705
Total	1.806.874	111.386	(72.475)	21.449	(47.654)	1.819.580
	31/12/2018	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2019
Total	1.755.232	120.313	(50.115)	16.116	(34.672)	1.806.874
	Consolidado					
	31/12/2019	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2020
Tributárias	1.701.471	45.247	(37.406)	5.688	-	1.715.000
Cíveis	50.160	56.292	(29.138)	8.371	(31.615)	54.070
Trabalhistas	79.116	17.052	(16.773)	8.770	(18.516)	69.649
Total	1.830.747	118.591	(83.317)	22.829	(50.131)	1.838.719
	31/12/2018	Adições	Baixas/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	31/12/2019
Total	1.782.197	126.994	(59.624)	16.569	(35.389)	1.830.747

As adições correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

b. Depósitos judiciais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Tributários	1.554.151	6	-	1.554.157
Trabalhistas	28.366	5.603	(17.282)	16.687
Cíveis	4.104	4.468	(3.010)	5.562
Total	1.586.621	10.077	(20.292)	1.576.406
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Total	1.624.223	16.726	(54.328)	1.586.621
	Consolidado			
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Tributários	1.557.888	1.964	(4.552)	1.555.300
Trabalhistas	32.088	8.545	(22.549)	18.085
Cíveis	4.164	4.468	(3.030)	5.602
Total	1.594.140	14.977	(30.131)	1.578.987
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Total	1.637.377	28.580	(71.817)	1.594.140

Processos tributários

A Companhia discute em juízo divergências de interpretação quanto à aplicação da legislação tributária, materializadas em autos de infração, bem como a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Entre as teses que compõem a provisão para riscos tributários da Companhia, destacam-se a seguir:

- **Cofins - Regime não Cumulativo** - A Companhia, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS – com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos contribuintes –, a Companhia decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos. O mandado de segurança permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 31 de dezembro de 2020 e em 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142.
- **ISS (LC 157/16)** - Em decorrência das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 157/2016 quanto ao local de recolhimento do ISS, e posteriormente suspensas por liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”), a Companhia constituiu provisão para riscos em relação ao suposto valor devido aos demais municípios da Federação durante o período de vigência da lei. Em 31 de dezembro de 2020, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 21.428 na Controladora e R\$ 24.453 no Consolidado. Em 31 de dezembro de 2019 é composto por R\$ 20.732 na Controladora e R\$ 23.757 no Consolidado.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e suas controladas.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Companhia que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia e suas controladas.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas propostas por ex-empregados da Companhia e suas controladas e também por ex-empregados de seus fornecedores. Em geral, nestas ações são discutidos temas como a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

A probabilidade de perda das ações trabalhistas é avaliada a depender do teor do pedido, das provas apresentadas e do histórico de perda em ações similares. A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a efetividade da provisão constituída com base nos processos encerrados.

As ações propostas por ex-empregados de fornecedores da Companhia são custeadas, via de regra, pelas próprias empresas que, por sua vez, também respondem pelos honorários advocatícios e demais despesas relacionadas aos processos, inclusive eventuais acordos ou condenações. Na eventualidade da Companhia e suas controladas realizarem pagamentos em razão destes processos, a Companhia tem processo interno de compensação ou reembolso destes valores perante as empresas terceirizadas.

A Administração da Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 60,29% de referidas provisões ocorrerá em até 5 anos, e 39,71% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Companhia.

c. Passivos contingentes classificados como perdas possível

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

Notas Explicativas

Cielo S.A
Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	731.934	140.052	732.476	192.463
Cíveis	223.465	221.007	229.220	228.879
Trabalhistas	60.290	55.293	81.313	69.545
Total	1.015.689	416.352	1.043.009	490.887

A Companhia é parte em processos discutidos na esfera administrativa que, pela natureza de sua discussão e entendimento jurisprudencial sobre a matéria, não apresentam classificação do risco de perda como provável. As principais discussões estão elencadas abaixo:

- **Contribuição Previdenciária** - Em fevereiro de 2020, foi lavrado auto de infração contra a Companhia para exigir o recolhimento de Contribuição Previdenciária sobre valores distribuídos em 2015 a título de participação nos lucros dos colaboradores e das opções de compra de ações (“*Stock Options*”), no montante atualizado de R\$ 64.157. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como possível.
- **IRPJ/CSLL** - Em dezembro de 2020, foi lavrado auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de IRPJ/CSLL sobre valores supostamente excluídos de forma indevida, a título de juros sobre o capital próprio, da apuração do lucro real entre os anos de 2015 e 2016, no montante atualizado de R\$ 430.457. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como possível.
- **PIS/Cofins** - Em dezembro de 2018, foi lavrado auto de infração contra a Companhia para exigir o recolhimento de PIS e Cofins à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis (“*ARV*”), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, no montante atualizado de R\$ 713.438 (R\$ 693.637 em 31 de dezembro de 2019). Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a classificação do risco de perda foi estabelecida como remota.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 5.700.000 em 31 de dezembro de 2019) representado por 2.716.815.061 (2.716.815.061 ações em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2020 é de 2.707.153.769 (2.712.719.487 ações em 31 de dezembro de 2019).

O capital social da Companhia pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os saldos relacionados a remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 67.529 (R\$ 65.658 em 31 de dezembro de 2019).

c. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações (“Programa”) com vigência de 02 de março a 10 de março de 2020, mediante o qual a Companhia adquiriu o total de 4.006.776 (quatro milhões, seis mil e setecentas e setenta e seis) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480 divulgado nesta data.

Em reunião realizada em 24 de junho de 2020, o Conselho aprovou a abertura de novo programa de recompra de ações em complemento ao programa de recompra aprovado em 19 de fevereiro de 2020 (“Programa”) por meio do qual foram recompradas 2.595.332 (dois milhões e quinhentas e noventa e cinco mil e trezentas e trinta e duas) ações ordinárias no período de 25 de junho de 2020 a 03 de julho de 2020.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.095.574)	(56.198)	13,72
Venda em fevereiro	350.334	4.808	13,72
Venda em março	154.422	2.118	13,72
Recompra em março	(4.006.776)	(27.560)	6,88
Venda em abril	2.798	28	10,11
Recompra em julho	(2.595.332)	(12.653)	4,87
Venda em julho	528.836	4.642	8,78
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(9.661.292)	(84.815)	8,78

d. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira do investimento no exterior e benefícios pós emprego, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Varição cambial sobre investimento no exterior	(220.850)	29.499
Benefício pós emprego, líquido	(2.917)	(16.783)
Total	(223.767)	12.716

e. Reserva de lucros - Legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.140.000 (R\$ 1.128.753 em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

f. Reserva de lucros - Orçamento de capital

Em reunião realizada em 26 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício social findos em 31 de dezembro de 2020, conforme recomendação do Comitê de Auditoria e a proposta de orçamento de capital para o ano de 2021. Em seguida, as referidas Demonstrações Financeiras e a proposta de orçamento de capital foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, o qual opinou favoravelmente por sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

O orçamento de capital terá como finalidade o fortalecimento do capital de giro da Companhia, conferindo maior robustez e estabilidade financeira, com vistas (a) a viabilizar a expansão para o ano fiscal de 2021 do volume pago de forma antecipada em até dois dias aos estabelecimentos comerciais clientes da Cielo decorrente de transações de cartão de crédito à vista e a prazo capturados pela Companhia; e (b) à recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567. A reserva de orçamento de capital totaliza o montante de R\$ 2.891.907 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 2.579.326 em 31 de dezembro de 2019.

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e a respectiva proposta de orçamento de capital para o ano de 2021 serão apreciados pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 23 de abril de 2021.

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Companhia o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em reuniões realizadas em 20 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio referentes ao 4º trimestre de 2019, no montante de R\$ 81.276, que foram pagos em 13 de fevereiro de 2020. Os proventos deliberados, líquidos da retenção de impostos, representam 30% do lucro líquido, após a constituição de reserva legal, do 4º trimestre de 2019.

Em reunião realizada em 28 de abril de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a alteração da periodicidade no pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio do exercício de 2020, de trimestral para anual, e, por consequência, suspender, até 31 de dezembro de 2020, a aplicação do item 3.1 da Política de Proventos da Companhia, que rege sobre a distribuição trimestral de proventos. Esta mudança se justifica por estar em linha com a estratégia de preservação e gestão de caixa adotada pela Companhia desde o início do surto de COVID-19.

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

Em reuniões realizadas em 22 de dezembro de 2020 e 26 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$ 151.470, e de dividendos, no montante de R\$ 14.951, respectivamente, totalizando o montante de R\$ 166.421 (líquido da retenção do imposto de renda corresponde a 30% do lucro líquido após a constituição da reserva legal), que serão pagos em 17 de fevereiro de 2021. Os proventos serão distribuídos com base na posição acionária de 29 de dezembro de 2020 para os juros sobre o capital próprio e 01 de fevereiro de 2021 para os dividendos.

h. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém o capital mínimo regulatório exigido.

16 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2019	2.712.719.487
Exercício de opção de compra de ações:	
Fevereiro	350.334
Março	154.422
Abril	2.798
Julho	528.836
Recompra de ações – Março	(4.006.776)
Recompra de ações – Julho	(2.595.332)
Total	<u>2.707.153.769</u>

b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Controladora e Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	398.652	490.249	1.547.392
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.713.406	2.709.907	2.712.719
Lucro por ação (em R\$) - Básico	<u>0,14692</u>	<u>0,18091</u>	<u>0,57042</u>

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

Lucro por ação diluído

	Controladora e Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	398.652	490.249	1.547.392
Denominador diluído:			
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.713.406	2.709.907	2.712.719
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	2.539	8.442	3.984
Total (em milhares)	2.715.945	2.718.349	2.716.703
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,14678	0,18035	0,56958

17 Receita operacional líquida

	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional bruta	2.767.511	5.206.445	5.897.986	12.273.441	12.504.436
Impostos sobre serviços	(280.643)	(530.873)	(597.306)	(1.087.428)	(1.150.594)
Total	2.486.868	4.675.572	5.300.680	11.186.013	11.353.842

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

18 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidada por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Gastos com pessoal	(242.409)	(499.922)	(459.486)	(1.064.147)	(971.394)
Depreciações e amortizações	(241.438)	(472.729)	(351.279)	(1.228.503)	(1.085.469)
Serviços profissionais	(289.444)	(521.192)	(531.100)	(333.680)	(292.974)
Gastos com aquisição (a)	(1.177.785)	(2.258.155)	(2.424.699)	(5.592.198)	(5.413.373)
Gastos com prospecção de clientes (b)	(168.199)	(337.223)	(300.968)	(580.896)	(544.988)
Custo com créditos de celulares em controlada	-	-	-	(1.245.662)	(1.029.792)
Outras, líquidas	37.558	(18.686)	(46.453)	(309.558)	(118.477)
Total	(2.081.717)	(4.107.907)	(4.113.985)	(10.354.644)	(9.456.467)
Classificadas como:					
Custo dos serviços prestados	(1.451.810)	(2.820.654)	(2.637.562)	(8.071.148)	(7.272.480)
Despesas com pessoal	(136.249)	(287.011)	(289.046)	(772.533)	(716.827)
Despesas gerais e administrativas	(278.174)	(511.125)	(508.868)	(509.658)	(445.902)
Vendas e marketing	(61.592)	(129.743)	(300.968)	(373.416)	(544.988)
Outras despesas operacionais, líquidas	(153.892)	(359.374)	(377.541)	(627.889)	(476.270)
Total	(2.081.717)	(4.107.907)	(4.113.985)	(10.354.644)	(9.456.467)

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

- (b) Os gastos com prospecção e afiliação de clientes incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, ações comerciais para novos credenciamentos de clientes e serviços de captação, afiliação e credenciamento de cliente.

19 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado		
	2º Semestre	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Perdas com créditos incobráveis, <i>chargeback</i> e fraude (a)	(71.609)	(255.540)	(306.772)	(511.854)	(389.382)
Provisões para contingências	(33.476)	(51.107)	(71.913)	(61.378)	(81.692)
Baixas/provisões para perdas do imobilizado (b)	(53.618)	(68.949)	(16.041)	(86.979)	(16.041)
Outras (c)	4.811	16.222	17.185	32.322	10.845
Total	(153.892)	(359.374)	(377.541)	(627.889)	(476.270)

- (a) Correspondem às perdas com carteira de cobrança representada principalmente por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais, e a *chargeback* de clientes. No exercício de 2020, a controlada Cateno incorreu em perdas operacionais no montante de R\$ 208.476 (R\$ 65.352 em 2019), o que é reflexo das contestações em um cenário de crescente expansão do volume capturado por meio de canais digitais, potencializado pela pandemia da COVID-19 (ações preventivas, detectivas e corretivas foram implementadas pela Cateno em conjunto com seus clientes, notadamente o Banco do Brasil, para reverter a tendência). Adicionalmente, em 2020, a Controladora vendeu uma carteira de clientes inadimplentes (créditos incobráveis já apropriados para perda em períodos anteriores) por R\$ 17.996, incorreu em perda operacional, no montante de R\$ 24.897, cujas medidas corretivas já foram implementadas para impedir novos eventos dessa natureza e registrou o incremento de provisão para créditos incobráveis decorrentes dos efeitos da pandemia de COVID19 (complemento de R\$ 6.802), eventos esses considerados como não recorrentes.
- (b) Montantes substancialmente decorrentes de perdas/baixas de equipamentos de captura (em 2020, houveram eventos não recorrentes de perdas com terminais de captura no montante de R\$ 42.800).
- (c) No exercício de 2020, houve o registro do ressarcimento de gastos do Arranjo Ourocard à controlada Cateno de R\$ 29.907, conforme acordo contratual entre Cateno e o Banco do Brasil S.A (evento não recorrente).

20 Compromissos

A Sociedade e suas controladas tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade e suas controladas celebraram os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 31 de Dezembro de 2020, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Até 1 ano	20.474
De 1 ano a 5 anos	68.720
Acima de 5 anos	3.699
Total	92.893

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 31 de Dezembro de 2020, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, “back office” e televendas são os seguintes:

Até 1 ano	313.188
De 1 ano a 5 anos	409.963
Total	723.151

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e “back office” não preveem multa rescisória.

21 Benefícios a empregados

Benefícios pós- emprego

A Companhia e a controlada Servinet possuem um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$15.398 (R\$ 34.210 em 31 de dezembro de 2019).

As taxas utilizadas no exercício foram: taxa de desconto nominal de 4,33% a.a., com índice de inflação de 3% a.a., gerando uma rotatividade esperada de 23% a.a. e aposentadoria aos 60 anos.

Previdência Complementar

A Companhia e suas controladas Servinet, Aliança e Stelo contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em despesas de contribuições no montante de R\$ 7.956 (R\$ 9.514 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Companhia e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional e plano de incentivo de longo prazo cujo montante dessas despesas, totalizou R\$81.874 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (R\$88.806 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Companhia, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, *e-learning*s, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

22 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Companhia e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram registrados conforme abaixo:

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Colaboradores		35.191	70.027	65.146	
Diretores estatutários		4.082	9.495	14.018	
Total		39.273	79.522	79.164	
				112.821	102.499
				12.004	15.606
				124.825	118.105

23 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos exercícios da Companhia são como seguem:

	2º Semestre			31/12/2020			31/12/2019		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	3.917	5.653	9.570	8.480	13.918	22.398	8.232	15.340	23.572
Conselho de administração	1.419	-	1.419	2.833	-	2.833	2.776	-	2.776
Total	5.336	5.653	10.989	11.313	13.918	25.231	11.006	15.340	26.348

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração, inclusive comitês de assessoramento) e Conselho Fiscal para o exercício de 2020, aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de julho de 2020, foi de R\$52.307 (R\$ 49.000 para o exercício de 2019), já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual proposta para o exercício de 2020 foi de R\$677 (R\$601 para o exercício de 2019).

24 Plano de ações restritas

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou alterações no Plano, com a introdução da possibilidade dos elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos.

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015, foi aprovada a outorga exclusiva em ações restritas para o ano de 2015, sem alteração no Plano vigente. Essa decisão foi mantida para as outorgas dos anos subsequentes.

Em 18 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de Concessão de Ações Restritas, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Os programas são apropriados no resultado do período em contrapartida à reserva de capital de acordo com os prazos e condições pré-estabelecidas em cada plano. Na ocorrência de prescrições/cancelamentos de ações, é realizado o estorno no período em que ocorrer no montante

Notas Explicativas

Cielo S.A
Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

equivalente ao total apropriado durante andamento do plano.

Em 31 de dezembro de 2020, a posição dos planos de ações restritas é a seguinte:

Programa	Status	Quantidade de ações				Período da Outorga	Valor por ação na Outorga em R\$	Valor Justo por ação em R\$
		Outorgadas	Canceladas	Exercidas	A Exercer			
Ações Restritas 2018	Ativo	901.988	(316.725)	(476.694)	108.569	Julho de 2018	17,07	17,07
Ações Restritas 2019	Ativo	2.419.297	(658.332)	(254.067)	1.506.898	Julho de 2019	6,73	6,73
Ações Restritas 2020	Ativo	5.042.968	(698.705)	-	4.344.263	Julho de 2020	3,94	3,94
Sócio Cielo 2018	Ativo	437.187	(165.502)	(229.968)	41.717	Março de 2018	25,32	25,32
Sócio Cielo 2019	Ativo	995.372	(347.876)	(361.717)	285.779	Março de 2019	10,89	10,89
Sócio Cielo 2020	Ativo	2.898.458	(743.262)	-	2.155.196	Março de 2020	7,12	7,12
Total de Ações	***	12.695.270	(2.930.402)	(1.322.446)	8.442.422	***	***	***

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi apropriado no resultado o valor líquido dos encargos de R\$ 13.468 (R\$ 11.612 em 31 de dezembro de 2019), sendo a parcela de diretores estatutários corresponde ao valor de R\$ 4.215 (R\$ 9.039 em 31 de dezembro de 2019), com um total de 1.036.390 (1.026.925 em 31 de dezembro de 2019) de ações exercidas entre celetistas (CLT) e estatutários. A movimentação líquida registrada na rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, totalizou R\$ 1.871 (R\$ 5.597 em 31 de dezembro 2019).

25 Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre/20	Exercício		Exercício	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras:					
Rendimentos de aplicações financeiras	39.046	52.485	12.605	157.365	160.184
Outras receitas financeiras	2.339	2.953	21.432	9.416	29.183
PIS e Cofins (b)	(1.948)	(2.622)	(1.588)	(6.142)	(7.697)
Total	39.437	52.816	32.449	160.639	181.670
Despesas financeiras:					
Juros e encargos sobre empréstimos	(89.083)	(276.875)	(472.138)	(354.769)	(557.772)
Participação de terceiros em fundos de investimentos	-	-	-	(95.001)	(125.182)
Juros sobre provisões para contingências	(8.656)	(21.238)	(14.877)	(23.359)	(17.281)
Outras despesas financeiras	(19.408)	(38.357)	(36.632)	(38.778)	(43.241)
Total	(117.147)	(336.470)	(523.647)	(511.907)	(743.476)
Rendimento FIDCs:					
Aquisição de recebíveis (a)	139.064	460.646	1.054.449	509.954	1.162.873
Outros direitos creditórios	(9.383)	(15.506)	4.443	13.417	9.380
PIS e Cofins (b)	(6.030)	(20.699)	(49.238)	(20.699)	(49.238)
Total	123.651	424.441	1.009.654	502.672	1.123.015
Variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquidos	(24.028)	(29.661)	22.927	(29.918)	22.895
Total	21.913	111.126	541.383	121.486	584.104

- (a) Na Controladora, o saldo corresponde à remuneração do investimento no FIDC Plus. No Consolidado, o saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste “pro rata temporis”, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelo FIDC Plus, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.
- (b) Despesas de PIS e Cofins sobre receitas financeiras auferidas pela Companhia, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. As despesas incorridas no exercício foram agrupadas nos grupos de “Receitas Financeiras” e “Aquisição de Recebíveis”, na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

26 Gestão de riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN nº 3.681/13.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

a. Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

O Grupo adota o conceito de 3 (três) linhas de defesa para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, sendo a 1ª linha representada pela atuação dos gestores das áreas de negócio e suporte, que asseguram a gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas; a 2ª linha representada pela Diretoria de Riscos, Compliance, Prevenção e Segurança, que atua de forma consultiva e independente no gerenciamento dos riscos, compliance, prevenção à fraudes, prevenção à lavagem de dinheiro, gestão da continuidade de negócios, segurança da informação, privacidade e proteção de dados, gestão de crises e ambiente de controle, com reporte à Presidência e ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Riscos; e, por fim, a 3ª linha de defesa, representada pela Auditoria Interna, que fornece opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e a governança corporativa.

A Companhia mantém políticas, processos, procedimentos e controles atualizados e robustos para reduzir, controlar e monitorar a sua exposição a riscos, de modo a gerenciá-los e mantê-los dentro dos patamares aceitáveis para atingir seus objetivos de negócio e operacionais. Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura de gestão de riscos do Grupo, bem como sobre os fatores de riscos e as ações e controles preventivos e mitigatórios, podem ser encontradas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos e no item 4.1 do Formulário de Referência, ambos documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Companhia (<https://ri.cielo.com.br/>).

b. Gestão de risco de Crédito

A Companhia possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais registrados nas rubricas de disponibilidades, instrumentos financeiros, incluindo derivativos, rendas a receber e contas a receber com bancos emissores, conforme segue:

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Disponibilidades	4	34.083	59.863	127.969	237.604
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	2.805.116	132.604	4.073.811	2.975.855
Investimento em direitos creditórios – FIDC	6	1.850.998	7.885.074	-	-
Rendas a receber	7	338.095	284.638	935.733	875.676
Contas a receber com bancos emissores	7	70.034.602	71.864.873	70.211.977	72.192.036
Total		75.062.894	80.227.052	75.349.490	76.281.171

Risco de Crédito da Contraparte – Risco Emissor

Nas operações de adquirência, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Cielo dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que, então, possa ser efetuado o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Os bancos emissores de cartão podem vir a descumprir com suas obrigações financeiras devido à falta de liquidez, falha operacional, inadimplência do portador de cartão, regimes concursais ou outras razões, situações em que a Cielo pode ser responsabilizada a efetuar o pagamento dos recebíveis aos estabelecimentos comerciais sem o recebimento dos valores pelo banco emissor. Tais riscos podem ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartões e aos credenciadores, sendo que a Companhia avalia e gerencia tais riscos, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão conforme o modelo.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Companhia solicita

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessário para a cobertura de seu risco de crédito. Para avaliação do risco e consequente definição das garantias necessárias, são atribuídos aos emissores um rating interno.

Em 31 de dezembro de 2020, a exposição da Cielo junto aos emissores está demonstrada a seguir:

Rating interno dos emissores	Exigência de Garantia	Exposição total em 31.12.2020	% de Garantia em relação à exposição	Exposição total em 31.12.2019	% de Garantia em relação à exposição
Grupo 1	Não	97,8%	-	95,2%	-
Grupo 2	Sim	2,2%	49%*	4,8%	22%*
Total do Contas a receber com bancos emissores		100%		100%	

**Parte da exposição é oriunda da limitação do instituidor do arranjo em solicitar garantia ao emissor.*

Os 5 maiores bancos emissores, classificados no Grupo 1, concentraram 77,5% do contas a receber com bancos emissores e são representados pelas principais instituições financeiras do país, que possuem rígidos processos de monitoramento e controles e sólida posição econômico-financeira. Para os emissores classificados no Grupo 1, que dispensam a exigência de garantia, há um monitoramento intensivo sobre as transações e os riscos expostos, podendo haver revisão do rating interno e solicitação de garantias se identificados indícios de aumento do risco de crédito. As garantias podem ser exigidas ou dispensadas a depender do volume transacionado, do porte e do regulamento das bandeiras e dos emissores.

A Lei nº 14.031/2020 estabelece que os recursos recebidos pelos participantes nos arranjos de pagamento devem ser destinados para o cumprimento da obrigação de liquidação das transações ao qual se vinculem, entre outros aspectos. Tais alterações promovidas na Lei nº 12.865/2013 ainda não se encontram refletidas nos regulamentos dos arranjos de pagamento quando da divulgação destas Demonstrações Financeiras de modo que, a depender do regulamento do arranjo, os credenciadores poderiam, em tese, vir a serem responsabilizados pelo inadimplemento de obrigações de terceiros.

Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos

Em sua operação, a Companhia também pode vir a ter risco com Subcredenciadores, com os quais mantém relação comercial, a depender da regra estabelecida por cada bandeira com relação às responsabilidades aplicáveis aos Subcredenciadores, bem como de eventuais decisões judiciais, caso os Subcredenciadores não realizem a liquidação financeira dos valores transacionados pelos estabelecimentos comerciais a eles vinculados. A Companhia adota procedimento de análise de risco e controle que impede que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Companhia. Ademais, a Companhia pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias como fiança bancária e títulos públicos.

Ressalta-se que a Lei nº 14.031/2020 também é aplicável aos Subcredenciadores, na qualidade de participante dos arranjos de pagamentos, os quais devem cumprir, além de outras obrigações, a segregação do fluxo de pagamento.

Diante da crise instalada pela pandemia COVID-19, a partir do 2º trimestre de 2020, o Grupo Cielo passou a adotar critérios mais rigorosos no monitoramento dos subcredenciadores, bem como em relação à estratégia de relacionamento, incluindo: restrições para antecipação dos recebíveis, comprovação de liquidação para os estabelecimentos clientes dos subcredenciadores

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

e novos modelos de garantias.

A representatividade dos subcredenciadores sobre o volume transacionado no sistema Cielo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 corresponde a 5,4% e 7,5%, respectivamente.

Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras. Caso estes clientes parem de transacionar no sistema Cielo, eventualmente não haverá saldo em suas agendas para a cobrança dos produtos e serviços contratados. Caso a Cielo não consiga efetuar a cobrança de outra forma (como, por exemplo, por meio de boleto bancário), poderá haver perdas para a Cielo relacionadas ao não pagamento de produtos e serviços.

Em 31 de dezembro de 2020, a provisão para créditos incobráveis totalizava R\$ 277.701 no individual e R\$ 304.582 no Consolidado (em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R\$ 245.948 no individual e R\$ 267.705 no Consolidado).

Risco de Crédito de Clientes – Chargeback e Vendas diferidas

Os clientes da Companhia devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais, que realizam o pagamento das transações por meio de cartão de crédito ou débito. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes da Companhia na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial ou (ii) chargeback, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão. Nos dois casos, os valores devolvidos ao portador final são debitados, pela credenciadora, diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial. No caso do cancelamento, se a agenda financeira do estabelecimento comercial não tiver saldo suficiente, este, via de regra, não é acatado.

Caso a Companhia não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial (independentemente do motivo), ou por meio de outra forma de cobrança (exemplo boleto), o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Historicamente, os cancelamentos e *chargebacks* ocorrem com mais frequência nas transações em estabelecimentos comerciais que realizam vendas com cartão não presente, que inclui as diferidas, quando o serviço ou produto não é consumido instantaneamente, mas sim em um momento posterior ao da compra. Esse tipo de transação acontece tipicamente em setores como turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas, ou ainda em vendas por meios de canais eletrônicos (*e-commerces*), sendo que a exposição a essas potenciais perdas derivadas de estornos aumenta na medida em que a Companhia fornece soluções de aquisição de recebíveis ou pagamento em ciclo reduzido a esses estabelecimentos.

A crise iniciada pela pandemia da COVID-19 afetou severamente os setores de turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas, potencializando os riscos mencionados, em especial em decorrência da edição de medidas provisórias, já convertidas em lei, que prologam os prazos aplicáveis a cancelamentos e *chargebacks* que, atrelado à redução da agenda financeira destes clientes, pode impossibilitar ou reduzir o débito dos *chargebacks* nas agendas.

Como ações adicionais para fazer frente ao aumento da exposição, a Cielo intensificou o

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

monitoramento, os procedimentos de análise de risco e restringiu as operações de antecipações de recebíveis, bem como o pagamento dos recebíveis em ciclo diminuído, na tentativa de manter a agenda pelo maior tempo possível.

A representatividade dos clientes em relação ao volume total de transações e o índice de *chargeback* no exercício de 2020 e de 2019 estão demonstrados a seguir:

	Exercício/2020		Exercício/2019	
	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> ³	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> ³
Turismo e Entretenimento, incluindo companhias aéreas (tipicamente com vendas diferidas)	4,5%	0,80%	9,7%	0,56%
E-commerce (sem Turismo e Entretenimento)	13,7%	0,93%	9,9%	1,06%
Bens duráveis e semiduráveis ¹	21,5%	0,04%	22,3%	0,05%
Bens não duráveis ²	34,9%	0,01%	32,8%	0,01%
Serviços e outros	25,4%	0,07%	25,3%	0,10%
Total	100,0%	0,19%	100,0%	0,20%

¹Bens duráveis e semiduráveis: segmento de clientes da Cielo de vestuário, móveis, eletrodomésticos, lojas de departamento, materiais para construção, entre outros.

²Bens não duráveis: supermercados e hipermercados, drogarias e farmácias, postos de combustível, entre outros.

³Valor de *chargeback* em relação ao volume transacionado.

c. Gestão de Riscos Operacionais

A Companhia possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Companhia adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Circular Bacen nº 3.681/2013 e Resolução nº 2.554/1998.

Em relação ao risco de fraude das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, a Companhia utiliza um sistema antifraude que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades regulares, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelas disponibilidades e instrumentos financeiros, incluindo derivativos).

O patrimônio líquido mínimo aplicável à Cielo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa 15). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

e. Gestão de Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O índice de endividamento no fim do exercício de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	34.083	59.863	127.969	237.604
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos (a)	2.805.116	132.604	4.073.811	2.975.855
Dívida (b)	(6.942.036)	(7.716.813)	(8.944.612)	(9.245.635)
Dívida líquida	(4.102.837)	(7.524.346)	(4.742.832)	(6.032.176)
Patrimônio líquido (c)	9.490.854	9.430.255	12.605.712	13.102.580
Índice de endividamento líquido	43,23%	79,79%	37,62%	46,04%

- (a) Instrumentos financeiros derivativos compreende a posição do contrato de "swap" e de "NDF", mencionados na nota explicativa 5.
 (b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 12.
 (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

f. Gestão de Risco de Mercado

Risco de taxa de câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo.

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Companhia é feita em moeda estrangeira) e por empréstimos e financiamentos. A Companhia dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas que consistem na pré-venda dos dólares norte-americanos, em estruturas de *hedge* e na contratação de derivativos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Em 31 de agosto de 2012, a Companhia adquiriu o controle da MerchantE, por meio da "holding" Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas em sua moeda funcional, o dólar norte-americano. O resultado de variação cambial sobre esses investimentos em 31 de dezembro de 2020 totalizou uma perda de R\$ 250.349 (uma perda de R\$ 30.123 em 31 de dezembro de 2019), reconhecida no resultado abrangente, diretamente no patrimônio líquido.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
 findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
 Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado (a)	6.363	15.907	31.815	3.909	9.772	19.544
Patrimônio Líquido (b)	138.999	347.483	694.967	86.183	215.447	430.893

(a) Cenário de exposição no resultado sobre estrutura de hedge *Bonds*.
 (b) Cenário sobre investimento em controlada no exterior.

Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, o Grupo aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução no resultado, conforme segue:

	Controladora					
	31/12/2020			31/12/2019		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(19.818)	(49.545)	(99.091)	(34.258)	(85.646)	(171.292)

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado	(9.046)	(22.614)	(45.228)	(19.187)	(47.967)	(95.934)

27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Companhia e suas controladas operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) detêm participação acionária, bem como serviços financeiros contratados com os bancos acionistas e despesas e receitas com serviços prestados pelas controladas diretas, indiretas e fundos de investimento.

A Companhia e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Companhia faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Companhia e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“*arm ’s-length basis*”).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das

Notas Explicativas

Cielo S.A
Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

operações com partes relacionadas em que a Companhia e suas controladas participam, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Controladora					Consolidado		
	31/12/2020					31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total	Total	Total
Ativos (Passivos):								
Disponibilidades e instrumentos financeiros (a)	176.403	5.971	-	-	182.374	17.562	221.676	121.528
Contas a receber de emissores (b)	20.808.077	-	-	-	20.808.077	23.175.115	20.808.077	23.175.115
Obrigações por empréstimos (c)	(3.360.718)	(100.062)	-	-	(3.460.780)	(3.502.625)	(3.360.718)	(3.402.483)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(20.356)	-	-	-	(20.356)	-	(20.356)	-
Contas a receber com partes relacionadas (d)	-	2.345	2.870	50	5.265	196.893	29.907	-
Contas a pagar com partes relacionadas (e)	-	(87.140)	(263.873)	(4.708.397)	(5.059.410)	(9.906.443)	-	-
	Controladora					Consolidado		
	31/12/2020					31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total	Total	Total
Receitas:								
Receitas de aplicações financeiras (a)	9.480	-	-	-	9.480	1.047	42.192	74.111
Receitas de prestação de outros serviços (f)	8.740	2.909	4.708	750	17.107	54.451	38.647	49.088
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	72.938	-	-	-	72.938	84.196	72.938	84.196
Despesas:								
Despesas financeiras (c)	(127.491)	(2.845)	-	-	(130.336)	(279.425)	(127.491)	(276.511)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(462)	-	-	-	(462)	(4.664)	(462)	(4.664)
Prestação de serviços de processamento de dados (h)	-	(28.517)	-	-	(28.517)	(18.657)	-	-
Outras despesas operacionais (i)	(34.339)	(1.516)	(2.116)	-	(37.971)	(50.382)	(34.339)	(44.280)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet e Aliança (j)	-	(345.093)	-	-	(345.093)	(339.756)	-	-
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (k)	-	-	-	-	-	-	(28.580)	(28.657)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(131.336)	-	-	-	(131.336)	-	(131.336)	-
Saldo residual de incentivos a bancos domicílio 2019 (n)	(27.384)	-	-	-	(27.384)	-	(27.384)	-

As partes relacionadas são compostas por: (i) Banco Bradesco e Banco do Brasil; (ii) Servinet, Multidisplay, Braspag, Cateno e Aliança; (iii) M4Produtos e Stelo; (iv) FIC, FIDC e FIDC Plus.

- (a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Os valores a receber de bancos emissores se referem aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Companhia decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Companhia aos estabelecimentos credenciados.
- (c) Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas mantidos pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil e aos saldos referentes à emissão de Debêntures Públicas mantidos pela Cateno (vide nota explicativa 12).
- (d) Corresponde, principalmente, ao contas a receber da Stelo no valor de R\$ 2.027, e ao programa de remuneração de ações restritas da Servinet no valor de R\$ 1.657. No consolidado em 2020, o saldo de R\$ 29.907 corresponde ao reembolso do excedente de gastos da Cateno conforme teto anual baseado em um percentual sobre o volume transacionado, de acordo com o contrato firmado com o Banco do Brasil.
- (e) Corresponde, principalmente, aos valores de transações de cartões de débito e crédito e de recargas de celulares capturadas pela Companhia e que serão repassadas à controlada direta (Multidisplay), controlada indireta (Stelo) e FIDC Plus (carteira de antecipação de recebíveis).
- (f) Correspondem a: (i) serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Companhia aos bancos acionistas; (ii) comissão sobre processamento de transações para a M4Produtos e Multidisplay; (iii) prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH, bem como rateio de gastos compartilhados para a Braspag, Cateno e Stelo; (iv) serviços de cobrança e liquidação para o FIDC e FIDC Plus e (v) compensação pelo Banco do Brasil à Cateno de custos e despesas que ultrapassem um teto anual definido com base

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

em um percentual sobre o volume transacionado pela Cateno no Arranjo Ourocard. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores e no mercado em geral.

- (g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto aos bancos controladores, que sublocam os equipamentos para seus clientes.
- (h) Refere-se a serviços de processamento de dados, desenvolvimento e licenciamento de software prestados pela Braspag e Stelo.
- (i) Corresponde a: (i) serviços contratados com bancos acionistas (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência privada); (ii) serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e (iii) serviços de pré-processamento de transações para a Braspag e Stelo. A Companhia entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (j) Prestação de serviços pelas controladas Servinet e Aliança de prospecção de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet e Aliança quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (k) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.
- (l) Comissão de Afiliação, corresponde a despesa junto aos bancos parceiros a título de incentivo aos credenciamentos de novos clientes realizados nos pontos de venda dessas instituições no exercício.
- (m) Corresponde aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes contratados a partir de 1º de janeiro de 2020 junto aos bancos controladores Banco do Brasil e Bradesco. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a apuração da remuneração por esses serviços foi de R\$ 149.336, sendo que do valor apurado de R\$ 18.000 não foram pagos e foram destinados a ações promocionais definidas em mútuo acordo e de interesse entre as partes.
- (n) No 2º trimestre de 2020, foi reconhecido um complemento residual de incentivos aos bancos de R\$ 27.384 (evento não recorrente), após um processo de revisão por empresa especializada da apuração dos contratos encerrados de 2019.

Principais transações com partes relacionadas

Saldos de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Companhia decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Companhia aos estabelecimentos credenciados.

Incentivos a bancos domicílio

Até 2019, a Companhia tinha contratos com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. que visavam incrementar o volume de transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Companhia e cuja liquidação era feita em contas correntes mantidas pelos estabelecimentos credenciados à Companhia junto aos respectivos bancos. A partir da apuração mensal do volume de tais transações, a Companhia destinava um valor ao seu parceiro, como forma de incentivo.

No 2º trimestre de 2020, concluiu-se o processo de revisão por empresa especializada dos incentivos apurados de 2019, em decorrência de acordos comerciais e contratos com clientes pulverizados acordados entre 1º de janeiro de 2018 e o encerramento dos contratos em 31 de dezembro de 2019 e da retenção de verba para ações de vendas que não foram efetivamente usadas, ambos que impactaram a apuração dos montantes devidos, resultando em um saldo residual de incentivos de R\$ 27.384 referentes a anos anteriores, registrados em 2020.

Serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de Estabelecimentos

A partir de 1º de janeiro de 2020, a Companhia celebrou memorando de entendimento vinculantes, separadamente, junto ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco do Brasil S.A. para a prestação de serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de estabelecimentos comerciais, conforme Comunicação sobre Transações com Parte Relacionada divulgada ao mercado em 30 de dezembro de 2020, nos termos do Anexo 30-XXXIII da Instrução CVM 480, disponível no site da Cielo. O objetivo de referido serviço é de incrementar o volume de vendas composto por

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus a uma remuneração de 10 pontos base sobre o volume elegível. O volume elegível inclui o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.

Cessão da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Companhia detém contratos de cessão de valores vincendos, referentes aos pagamentos que o banco acionista, no papel de emissor, deve fazer à Companhia em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco, na qualidade de portadores de cartões de crédito. Essas operações de cessão são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta corrente são líquidos das taxas de cessão, “*pro rata temporis*”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Companhia.

Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Aquisição de Recebíveis (ARV) - Controladas

As Controladas Stelo, Multidisplay e M4Produtos realizam a antecipação de valores vincendos, referentes aos pagamentos que a Companhia deve fazer a estas Controladas em razão das transações de cartões de crédito capturadas e processadas pela Companhia. Essas operações são realizadas com o FIDC Plus com o objetivo de geração de capital de giro de curto prazo.

Contrato para sistema antifraude

A Companhia tem contrato com o Banco Bradesco S.A. e com o Banco do Brasil S.A. para disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelos bancos de transações realizadas com cartões por eles emitidos

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Companhia detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “*back office*” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações.

Participação de Credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Companhia é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Companhia participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Companhia remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores e demais instituidores de arranjos (“bandeiras”).

Notas Explicativas

Cielo S.A
*Demonstrações Financeiras referentes ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores
Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)*

Em decorrência da participação nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo mantém acordos para realização de campanhas de *marketing*, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio. Diante de dúvidas da interpretação decorrentes da edição da Resolução 4707/2018 e Resolução 4734/2019 a Companhia suspendeu temporariamente a cobrança dos serviços, até que o mercado e o regulador cheguem a um consenso sobre este tema.

Escrituração de ações da Companhia

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Companhia firmado com o Banco Bradesco S.A., no qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Companhia.

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“*stock options*”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serviços de gestão de pagamentos

O Banco do Brasil celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

Direito de Exploração do Arranjo Ourocard

Conforme Nota Explicativa nº 11 - Intangível, a Cateno possui, junto ao BB Elo Cartões e ao Banco do Brasil, contratos que regem a exploração do Arranjo Ourocard. Dentre os contratos, há previsão de compensação de custos e despesas associados ao Arranjo Ourocard que ultrapassem um teto anual definido com base em um percentual sobre o volume transacionado. Em razão do aumento das despesas operacionais ocorrido em 2020 e dos impactos sobre o volume decorrentes da pandemia da COVID-19, o valor de gastos excedentes ao teto, no montante de R\$29.907, foi reconhecido como reembolso de despesas no 4º trimestre de 2020.

Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última, nos termos da Instrução CVM nº 400.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na CETIP.

Serviços de representação junto à CIP

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STR's - Sistema de Transferência de Reservas.

Gestão de Conta de Pagamento Pré-Pagas

Contrato firmado com Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. para emissão e gestão de meios de pagamento pré-pagos para estabelecimentos credenciados à Companhia.

Concessão de Pontos Lívolo

Contrato firmado com a Lívolo S.A. para concessão de pontos Lívolo para participantes de campanhas de incentivo desenvolvidas pela Companhia.

Contratos de Credenciamento

Contratos celebrados entre a Companhia e suas Controladas Stelo, Braspag e M4 para que a Companhia preste serviços de credenciamento, processamento e liquidação de transações.

Contratos bandeira Elo

Contratos celebrados entre a Companhia e a bandeira Elo (Elo Serviços S.A.) para que a Companhia preste serviços de captura, roteamento, processamento e direcionamento das transações de pagamento referentes aos arranjos de pagamento da Elo, assim como, para fornecimento, pela Cielo, de mão de obra específica para o desenvolvimento de projetos de tecnologia pontuais e específicos e o licenciamento da plataforma de processamento das transações para a Elo.

Licenciamento de plataforma

Contrato firmado entre a Carson Serviços Financeiros (controlada do grupo Bradesco) para o licenciamento da plataforma que permite o cadastramento do cartão de crédito para uso no aplicativo, funções de recebimento através da adquirência, e soluções de promoção *marketplace*, assim como, a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, e o gerenciamento da plataforma.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Companhia mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “*cash management*”;
- Seguros contratados;
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar;
- Cartão de crédito corporativo;
- Serviço de pagamento a fornecedores;
- Serviços de viagens.

Notas Explicativas

Cielo S.A

Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras (COSIF)

28 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Companhia. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	(250.349)	(30.123)	-	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	301.535	54.970	773.698	121.829
Benefício pós emprego	13.866	(16.783)	13.866	(16.783)
Integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital – Aliança	246.905	-	-	-
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	166.421	81.276	166.421	81.276

29 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	249.184
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	230.000
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.500.000
Frota	1.739

30 Eventos subsequentes

Em 07 de janeiro de 2021, após as aprovações do Banco Central do Brasil e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, foi realizada a alienação da totalidade das ações na Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), que representam 40,95% do capital social da Orizon, para Bradseg Participações S.A. pelo valor de R\$ 128.992. Os efeitos da transação geraram um ganho de líquido de aproximadamente R\$ 4.687, que foram reconhecidos no balanço de janeiro de 2021.

Proposta de Orçamento de Capital

Proposta da Administração para o Orçamento do Capital

Prezados Acionistas,

O Conselho de Administração da CIELO S.A. (“Companhia”), para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23 de abril de 2020, a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2021 (“Orçamento de Capital”):

Em razão da expectativa de crescimento do volume do negócio da Companhia, das projeções realizadas para o corrente ano e do cenário macroeconômico do País, o Orçamento de Capital compreende o valor total de R\$ 2.891.905.984,01 (dois bilhões, oitocentos e noventa e um milhões, novecentos e cinco mil, novecentos e oitenta e quatro Reais e um centavo), a ser formado por: (a) retenção de 65,3% do Lucro Líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, após a constituição da reserva legal, no montante de R\$ 312.580.720,08 (trezentos e doze milhões, quinhentos e oitenta mil, setecentos e vinte Reais e oito centavos); e (b) o valor remanescente da reserva de lucros constituída no exercício passado, no montante de R\$ 2.616.425.501,27 (dois bilhões, seiscentos e dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e um Reais e vinte e sete centavos), deduzida de parte utilizada em razão do efeito da mudança de prática contábil no processo de consolidação da sociedade Stelo S.A., controlada indireta da Companhia, no montante de R\$ 37.100.237,34 (trinta e sete milhões, cem mil, duzentos e trinta e sete Reais e trinta e quatro centavos).

A administração entende que a retenção de recursos ora proposta, com base no Orçamento de Capital, terá como finalidade o fortalecimento do capital de giro da Companhia, conferindo maior robustez e estabilidade financeira, com vistas (a) a viabilizar a expansão para o ano fiscal de 2021 do volume pago de forma antecipada em até dois dias aos estabelecimentos comerciais clientes da Cielo decorrente de transações de cartão de crédito à vista e a prazo capturados pela Companhia; e (b) à recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567.

O prazo de duração do Orçamento de Capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2021. Por fim, a Companhia informa que a destinação ora proposta está refletida nas Demonstrações Financeiras elaboradas pela administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Barueri, 26 de janeiro de 2021.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIELO S.A.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cielo S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Cielo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Processo de captura, processamento e liquidação das transações

A Sociedade efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito, que são a base para o reconhecimento das receitas e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que, entre outros, é a base para o reconhecimento de receitas e, que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelas bandeiras, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro e liquidação das transações, bem como do reconhecimento da receita. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 2.8 e nº 7, 13 e 17.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o processo de captura, processamento e liquidação das transações e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (Controlada - Cateno Gestão de Pagamentos S.A)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 9 e nº 11, o valor dos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial na demonstração financeira individual inclui valores de ativos intangíveis com vida útil definida (Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard), classificados na demonstração financeira consolidada em conta específica, cuja realização está suportada por meio do “Fluxo de Caixa Descontado” baseado no plano de negócios preparado pela Administração. Devido à relevância do saldo e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do investimento em controladas registrados na demonstração financeira individual e o valor do intangível registrado na demonstração financeira consolidada, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida. O estudo vigente para essa avaliação é o que foi realizado no segundo semestre de 2020. Com o suporte técnico dos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados no último estudo de avaliação do valor recuperável, utilizado pela administração da controlada, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos neste estudo. Adicionalmente, comparamos a projeção de lucro apresentada pela administração na última avaliação efetuada com o desempenho econômico e financeiro da Controlada no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 9 e nº 11.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisão para créditos incobráveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 7 e nº 26, os principais riscos de crédito aos quais a Sociedade está exposta são : (i) os valores a receber de emissores, (ii) o risco dos subcredenciadores não realizarem a liquidação dos valores para os estabelecimentos comerciais , (iii) os valores de chargeback, estorno ou cancelamento quando da realização da liquidação dos recebíveis ou aquisição dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais em vendas diferidas e (iv) o não pagamento do aluguel dos terminais de captura utilizados pelos estabelecimentos comerciais. Para endereçamento desses riscos, além da análise de crédito e avaliação da necessidade de apresentação de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores, efetuadas através de monitoramento contínuo das contrapartes, a Sociedade, conforme nota explicativa nº 7, constitui provisão para créditos incobráveis. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de ratings e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações. Devido à relevância do saldo no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o grau de julgamento considerado nas estimativas utilizadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção do entendimento do desenho dos controles internos considerados relevantes e relacionados com a análise de risco de crédito dos emissores, subcredenciadores e estabelecimentos comerciais, assim como da elaboração e aprovação da metodologia de provisão para créditos incobráveis. Efetuamos, por amostragem , testes relacionados à atribuição do rating para os emissores de acordo com a norma interna vigente e à análise de garantias por parte dos emissores e subcredenciadores. Avaliamos os dados ,tais como data de vencimento, dias em atraso e atribuição de rating, utilizados no cálculo da provisão e com base na metodologia para análise do contas a receber e mensuração da provisão, e recalculamos os saldos contábeis provisionados nas demonstrações financeiras. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, descritas nas notas explicativas nº 7 e 26, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a provisão para créditos incobráveis e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 26 de janeiro de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, as quais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), conforme aplicável, e Relatório da Administração referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, estando em condição de serem apreciados e deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Barueri, 26 de janeiro de 2021.

Pareceres E Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)

1. Sobre o Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cielo S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 29 de outubro de 2019 ("Regimento Interno"), o Comitê é composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos, com mandato unificado de 2 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo que, pelo menos, 1 (um) deles deverá ser membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Atualmente, o Comitê é composto por 05 (cinco) membros, eleitos pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 28 de julho de 2020, com mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei 6.404/76 referentes ao exercício social de 2021.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. Durante o exercício social de 2020, o Comitê realizou 04 (quatro) sessões ordinárias e 10 (dez) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, auditoria interna, auditores independentes, além dos diretores, superintendentes e executivos de outras áreas da Companhia.

Importante destacar que os membros do Comitê, em todas as reuniões, se reuniram com o líder da auditoria interna da Companhia, bem como em 08 (oito) reuniões com os auditores independentes e 02 (duas) reuniões reservadas com o CEO da Companhia.

Além disso, 01 (uma) reunião realizada, em conjunto, com o Conselho Fiscal para troca de informações e experiências e 01 (uma) reunião com o Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central do Brasil ("Bacen").

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, semestralmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas tratados pelo Comitê e o programa de trabalho da Auditoria Interna.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2020, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas: (a) acompanhamento do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e do Conglomerado Prudencial, bem como das Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia; (b) recomendação acerca das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e do Conglomerado Prudencial, acompanhadas dos Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração, conforme aplicável; (c) recomendação acerca das Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas, acompanhadas dos Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão de Informações Trimestrais - ITR; (d) acompanhamento das movimentações das contingências e provisões judiciais; (e) acompanhamento do reporte periódico acerca das controladas, com foco em: (e.1) resultados; (e.2) visão dos negócios; (e.3) riscos identificados e (e.4) governança atual; (f) recomendação da contratação a auditoria independente; (g) análise e discussão das cartas de controles internos emitidas pelos auditores independentes das sociedades controladas pela Companhia; (h) análise e discussão dos relatórios dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e dispositivos legais e regulamentares, elaborados em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, bem como acompanhamento dos planos de ação para resolução das questões apontadas; (i) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna, bem como recomendação do seu orçamento e deste Comitê; (j) discussão e acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, incluindo trabalhos especiais voltados ao ambiente de atividades remotas por causa da crise do COVID-19, bem como o sistemático acompanhamento do status das ações corretivas; (k) acompanhamento do reporte das denúncias recebidas através do Canal de Ética; (l) acompanhamento e discussão dos principais aspectos dos Relatórios Semestrais da Ouvidoria da Companhia; (m) acompanhamento periódico das ações relacionadas à gestão integrada de riscos e do monitoramento de fraudes, com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e independentes; (n) acompanhamento das ações adotadas pela Companhia considerando os impactos do COVID-19; (o) realização de avaliação formal do desempenho do Comitê pelos seus membros, discussão dos respectivos resultados e plano de ações; (p) realização de avaliação formal do desempenho dos Auditores Independentes, bem como discussão acerca dos resultados apurados; (q) recomendação das propostas de ajustes às políticas Institucionais da Companhia; (r) acompanhamento da implementação das ações de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados e Circular nº. 3.978/2020 (PLD); (s) acompanhamento da implementação/execução dos planos de ação decorrentes dos resultados de inspeções regulatórias; (t) acompanhamento periódico de ofícios e/ou comunicações de órgãos reguladores recebidos pela Companhia e das respostas apresentadas; (u) realização de sessões executivas com o CEO da Companhia e (v) realização de reunião com o Departamento de Supervisão Bancária do Bacen.

2. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao Exercício Social de 2020.

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração referentes ao semestre e ao exercício social findos em 31 de dezembro de 2020 ("Demonstrações Financeiras Semestrais e Anuais") e, tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício social de 2020, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras Semestrais e Anuais refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Barueri, 21 de janeiro de 2021.

Gilberto Mifano

Coordenador do Comitê de Auditoria

Alexandre Souza da Conceição

Membro do Comitê de Auditoria

Francisco José Vieira Félix da Silva

Membro do Comitê de Auditoria

José Antônio Teixeira

Membro do Comitê de Auditoria

Mônica Luciana Martins de Oliveira

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), conforme aplicável.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes.